



Demonstrações Financeiras

Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2020 e 2019

Índice

Relatório da Administração	03
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras Individuais e consolidadas	08
Balanços patrimoniais	13
Demonstrações de resultados	15
Demonstrações de resultados abrangentes	16
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	18
Demonstrações do valor adicionado	19
Notas explicativas as demonstrações financeiras	20
Parecer do Conselho Fiscal	87
Relatório e Parecer do Comitê de Auditoria	88
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	89
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	90

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2020 os principais focos da Companhia foram o de assegurar a saúde dos funcionários próprios e terceiros em função do impacto da pandemia da Covid-19, a geração de caixa através da eficiência em custos e gestão do capital de giro e a negociação das dívidas com os principais credores da empresa.

Neste sentido, a Companhia tomou todas as medidas recomendadas pelas autoridades sanitárias para o enfrentamento da Covid-19 sob a coordenação de sua equipe médica, o que proporcionou o controle da pandemia no ambiente de trabalho ao mesmo tempo em que manteve a continuidade e estabilidade das operações.

A empresa registrou uma Receita Líquida de R\$ 1,457 bilhão no 4T20, fechando 2020 com R\$ 4,293 bilhões. O Lucro Bruto ajustado no ano foi de R\$ 200,9 milhões, 4,7% sobre a receita líquida, contra 3,7% do ano anterior.

Tais resultados foram obtidos através da revisão e renegociação dos principais contratos de prestação de serviços e de fornecimento de materiais, assim como as despesas gerais e administrativas, resultando em uma redução total de R\$ 104 milhões entre custos fixos e despesas (SG&A).

A empresa apresentou Lucro Líquido de R\$ 150,8 milhões no 4T20. No ano de 2020 a empresa apresentou Prejuízo Líquido de R\$ 861,6 milhões, fortemente impactado pelo efeito não caixa da variação cambial sobre a sua dívida em moeda estrangeira.

Neste contexto, vale ressaltar que todas as vendas da Companhia usam a moeda norte americana como referência na composição do preço, o que naturalmente traz uma proteção para referida variação cambial.

Excluindo os efeitos da variação cambial sobre as dívidas e demais efeitos não caixa de todas as contas de resultado do exercício, no ano a companhia apresentou um Lucro Líquido Ajustado de R\$ 79,9 milhões.

Em relação à Covid-19, a administração continua tomando todas as medidas recomendadas pelas autoridades sanitárias para o enfrentamento da pandemia sob a coordenação de sua equipe médica, o que tem proporcionado controle sobre o efeito da pandemia sobre a saúde das pessoas. Com o suporte de um comitê especialmente designado para tratar destas questões, estamos acompanhando a evolução da Covid-19 e diariamente avaliando a necessidade de novas medidas.

A Companhia continua trabalhando para equalizar o perfil de sua dívida financeira. Desde o primeiro trimestre de 2020, vem tratando com seus principais credores financeiros (essencialmente os mesmos que participaram do processo de renegociação em 2017), o alongamento do perfil de sua dívida, a fim de se adequar à sua futura geração de caixa e necessidade de investimento.

DESEMPENHO ECONÔMICO

Receita Líquida

<i>em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma</i>	4T19	4T20	Δ %	2019	2020	Δ %
Cobre Primário	255.854	134.513	-47%	1.308.899	828.188	-37%
% das Receitas	22,0%	9,2%	-12,8 p.p.	25,0%	19,3%	-5,7 p.p.
Produtos de Cobre	758.655	1.160.389	53%	3.236.645	2.827.709	-13%
% das Receitas	65,3%	79,6%	14,3 p.p.	61,9%	65,9%	4,0 p.p.
Vergalhões, Fios e outros	580.782	816.637	41%	2.553.590	1.966.680	-23%
Barra/Perfis/Arames/Laminados/Tubos/Conexões	177.873	343.752	93%	683.055	861.029	26%
Coprodutos	146.534	162.178	11%	682.097	637.577	-7%
% das Receitas	12,6%	11,1%	-1,5 p.p.	13,0%	14,8%	1,8 p.p.
Receita Líquida Total	1.161.043	1.457.080	25%	5.227.641	4.293.474	-18%
Mercado Interno [%]	45,7%	55,1%	9,4 p.p.	40,7%	45,1%	0,1 p.p.
Mercado Externo [%]	53,2%	44,6%	-8,6 p.p.	58,3%	54,1%	-0,1 p.p.
Transformação [%]	1,1%	0,3%	-0,8 p.p.	1,0%	0,8%	-0,2 p.p.

A Receita Líquida Total do 4T20 teve aumento de 25% quando comparada com o 4T19 em função do volume de cobre vendido e seus coprodutos.

A Receita Líquida da Companhia sofre o impacto negativo do Other Comprehensive Income - "OCI" (Ajuste de Avaliação Patrimonial), que corresponde ao efeito não monetário da variação cambial de 2015 diferida por conta de ajustes na contabilidade de hedge que impactou negativamente a Receita da Companhia em R\$ 8,2 milhões no 4T20 e R\$ 41,2 milhões em 2020.

Lucro Bruto

<i>em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma</i>	4T19	4T20	Δ %	2019	2020	Δ %
Receita Líquida	1.161.043	1.457.080	25%	5.227.641	4.293.474	-18%
CPV Total	(1.201.639)	(1.386.474)	15%	(5.164.429)	(4.164.987)	19%
(-) Custo do Metal	(1.059.411)	(1.244.632)	17%	(4.567.453)	(3.721.674)	19%
(-) Custo de Transformação	(142.228)	(141.842)	0%	(596.976)	(443.313)	26%
CPV Total/tonelada vendida ¹	28,3	42,0	48%	26,3	37,4	42%
Custo do Metal/tonelada vendida ¹	24,9	37,7	51%	23,3	33,5	44%
Custo de Transformação/tonelada vendida	3,3	4,3	28%	3,0	4,0	31%
Lucro Bruto	(40.596)	70.606		63.212	128.487	
% das Receitas	-3,5%	4,8%	8,3 p.p.	1,2%	3,0%	1,8 p.p.
Lucro Bruto - Ajustado(LME e Dólar nos estoques e O	81.830	39.806		194.929	200.902	
% das Receitas	7,0%	2,7%	-4,3 p.p.	3,7%	4,7%	1,0 p.p.
TC/RC (reduzidor do custo do metal)	63.458	31.935	-50%	279.076	160.874	-42%
Prêmio	101.632	212.448	109%	660.188	571.800	-13%
Prêmio/Receita Líquida [%]	8,8%	14,6%	5,8 p.p.	56,9%	49,2%	-7,6 p.p.
Prêmio/tonelada vendida	2,4	6,4	169%	15,5	13,5	-13%

A Companhia apresentou Lucro Bruto de R\$ 70,6 milhões no 4T20. O Lucro Bruto ajustado dos efeitos de LME e Dólar nos estoques resultou em R\$ 39,8 milhões, uma margem bruta ajustada de 2,7%.

Custos Fixos (incluindo Ociosidade)

<i>em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma</i>	4T19	4T20	Δ \$	2019	2020	Δ \$
Custos Fixos incluindo Ociosidade	(159.009)	(139.304)	19.705	(595.201)	(512.064)	83.138

Alinhada à estratégia de otimização de seus custos, a Companhia obteve em 4T20 uma redução de R\$19,7 milhões de custos fixos incluindo ociosidade 2020 em comparação ao 4T19 e R\$ 83,1 milhões em relação ao ano anterior.

Despesas Operacionais

<i>em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma</i>	4T19	4T20	Δ %	2019	2020	Δ %
Total de Despesas	(22.637)	(56.117)	148%	59.142	(358.326)	-706%
Despesas com Vendas	(8.408)	(5.812)	-31%	(29.620)	(22.626)	-24%
Despesas Gerais e Administrativas	(25.500)	(20.997)	-18%	(94.813)	(80.512)	-15%
Outras Operacionais, Líquidas	11.271	(29.308)	160%	183.575	(255.188)	239%

Como resultado das ações de redução de custos e despesas da Companhia, as Despesas com Vendas foram reduzidas em 31% em relação ao 4T19 e as Despesas Gerais e Administrativas tiveram 18% de redução. No ano, a redução das Despesas com Vendas foi de 24% enquanto as Despesas Gerais Administrativas foram reduzidas em 15%.

Para fins comparativos deste quadro, vale mencionar que no ano de 2019 houve o evento não recorrente do reconhecimento de R\$ 396,2 milhões de créditos da exclusão de ICMS na base do PIS e COFINS, dos quais R\$ 85,8 milhões foram reconhecidos no 4T19.

<i>*Principais itens - Outras Operacionais, Líquidas:</i>	4T19	4T20	Δ %	2019	2020	Δ %
Provisões contingências trabalhistas e fiscais	(9.562)	9.423	199%	(48.008)	(8.267)	83%
Provisões diversas	(1.594)	(3.139)	-97%	(10.867)	(3.835)	65%
Ociosidade	(61.991)	(37.391)	40%	(175.445)	(207.369)	-18%
Reintegra normalizado	0	0		0	(20.356)	0%
Resultado venda de precatórios	0	0		0	14.181	0%
Exclusão de PIS e COFINS da base de ICMS	85.876	-	n.a	396.292	0	n.a
Total de Itens Não Recorrentes	12.729	(31.107)	-172%	161.972	(225.646)	-239%

EBITDA

	4T19	4T20	Δ %	2019	2020	Δ %
Lucro Líquido	(229.092)	150.861	166%	(25.075)	(861.604)	-3336%
(+) Impostos	213.084	10.541	-95%	211.569	8.708	-96%
(+) Resultado Financeiro Líquido	(47.225)	(146.913)	-211%	(64.140)	623.057	1071%
EBIT	(63.233)	14.489	123%	122.354	(229.839)	-288%
(+) Depreciações e Amortizações	41.928	38.228	-9%	166.189	166.832	0%
EBITDA	(21.305)	52.717	347%	288.543	(63.007)	-122%
% das Receitas	-1,8%	3,6%	5,5 p.p.	5,5%	-1,5%	-7,0 p.p.
EBITDA AJUSTADO(LME e Dólar nos estoques e OCI)	38.588	23.833	-38%	132.441	68.940	-48%
% das Receitas	3,3%	1,6%	-1,7 p.p.	2,5%	1,6%	-0,9 p.p.

O EBITDA Ajustado que exclui os efeitos de LME e Dólar no estoque, OCI e contingências fechou O 4T20 positivo em R\$ 23,8 milhões contra R\$ 38,6 milhões do mesmo período de 2019. No ano, o EBITDA ajustado fechou em R\$ 68,9 milhões contra R\$ 132,4 milhões do ano anterior, impactado pela queda no volume de vendas de 2020

Lucro Líquido e Lucro Líquido Ajustado

No 4T20, a Companhia apresentou um Lucro Líquido de R\$150,8 milhões incluindo os efeitos não caixa da variação cambial sobre as dívidas.

Em 2020 a Companhia teve prejuízo de R\$ 861,6 milhões impactado pela variação cambial sobre as dívidas em R\$ 534,2 milhões. Excluindo os efeitos da variação cambial sobre as dívidas e demais efeitos não caixa de todas as contas do resultado do exercício, no ano a Companhia apresentou um Lucro Líquido Ajustado de R\$ 79,9 milhões.

Geração de Caixa Operacional

No 4T20 a Geração de Caixa Operacional foi positiva em R\$ 5,1 milhões, resultando em uma geração anual de R\$ 133,4 milhões.

Caixa Operacional (R\$ Milhões)



Caixa Livre Total

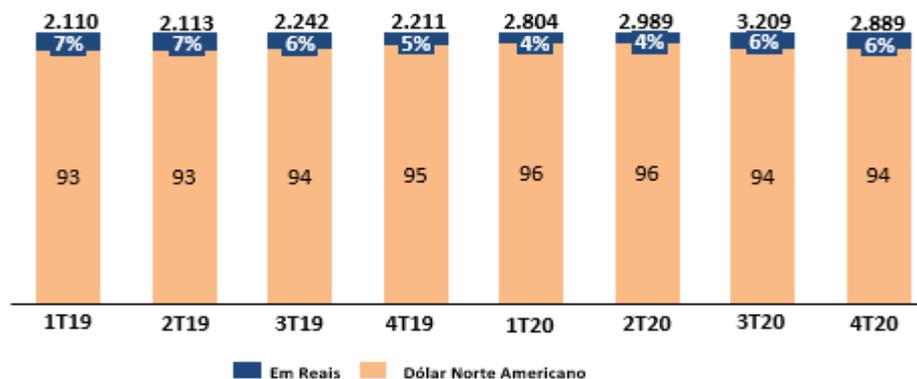
Em 2020 a Geração de Caixa Livre na empresa foi de R\$ 68,4 milhões positivos, um aumento de R\$ 7,7 milhões em relação a 2019.

Endividamento

Endividamento	1T19	2T19	3T19	4T19	1T20	2T20	3T20	4T20
<i>em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma</i>								
Empréstimos e Financiamentos Curto Prazo	262.920	333.729	504.257	568.009	2.790.343	2.951.677	3.184.525	2.883.789
Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	1.871.259	1.802.159	1.759.167	1.663.580	32.982	55.426	41.518	22.878
Transaction Costs - reprofiling	(23.972)	(22.883)	(21.793)	(20.704)	(19.614)	(18.556)	(17.466)	(17.466)
Total Loans	2.110.207	2.113.005	2.241.631	2.210.885	2.803.711	2.988.547	3.208.577	2.889.201
Operações com forfaiing e cartas de crédito	79.775	112.904	131.701	85.641	111.538	98.839	177.482	228.995
Instrumentos Financeiros Derivativos Passivo	75.678	30.900	25.207	49.381	65.817	135.134	119.431	242.937
Instrumentos Financeiros Derivativos Ativo	(50.661)	(64.052)	(82.471)	(16.670)	(226.232)	(28.964)	(16.953)	(38.150)
Dívida bruta	2.214.999	2.192.757	2.316.068	2.329.237	2.754.834	3.193.556	3.488.537	3.322.983
Caixa e Equivalentes de Caixa	143.548	147.993	254.480	118.036	111.470	237.421	222.939	138.761
Aplicações Financeiras	22.860	20.310	25.612	25.029	20.869	35.050	42.855	42.892
Dívida Líquida	2.048.591	2.024.454	2.035.976	2.186.172	2.622.495	2.921.085	3.222.743	3.141.330
Dívida Curto Prazo(%)	12%	16%	22%	26%	99%	98%	99%	99%
Dívida Longo Prazo (%)	88%	84%	78%	74%	1%	2%	1%	1%

A dívida da Companhia é denominada em moeda estrangeira (USD) e suscetível à variação do câmbio. As receitas da Companhia em sua totalidade também são denominadas em USD, portanto os recebíveis estão na mesma moeda da dívida.

Total Endividamento Bancário (R\$ milhões)



A Companhia continua trabalhando para equalizar o perfil de sua dívida financeira. Desde o primeiro trimestre de 2020, vem tratando com seus principais credores financeiros (essencialmente os mesmos que participaram do processo de renegociação em 2017), o alongamento do perfil de sua dívida, a fim de se adequar à sua futura geração de caixa e necessidade de investimento.

A Companhia, em cumprimento ao CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, reclassificou as dívidas em renegociação do passivo não circulante para o passivo circulante no montante atualizado de R\$ 1,5 bilhão, devido ao não cumprimento de cláusula contratual referente ao prazo de pagamento.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Paranapanema S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Paranapanema S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Paranapanema S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Paranapanema S.A. e da Paranapanema S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

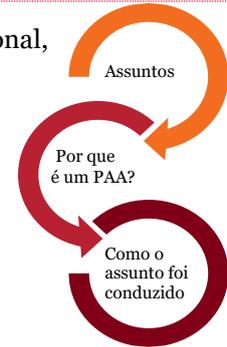
Continuidade operacional

Chamamos a atenção para as Notas 1 e 16 às demonstrações financeiras, que descrevem que em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no consolidado no montante de R\$ 2.112.839 mil, bem como patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 198.590 mil. Adicionalmente, as referidas Notas explicativas, descrevem que a Companhia vem tratando junto aos seus principais credores financeiros, desde o primeiro trimestre de 2020, essencialmente com os mesmos credores que participaram do processo de renegociação das dívidas em 2017, com o objetivo de alinhar as condições da dívida com a sua atual e futura geração de caixa. Ainda, conforme as referidas Notas explicativas, no contexto desse realinhamento da dívida, a Companhia não efetuou os pagamentos de principal e juros previstos para os meses de março e setembro de 2020, o que, de acordo com os termos da renegociação de 2017, gerou o não cumprimento de cláusula contratual referente ao prazo de pagamento e, conseqüentemente, em cumprimento ao CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, as dívidas em renegociação foram em sua totalidade reclassificadas do passivo não circulante para o passivo circulante, no montante de R\$1.520.886 mil. A situação patrimonial e financeira da Companhia, aliada à incerteza sobre o êxito na renegociação das condições da dívida, notadamente o alinhamento entre os fluxos de pagamentos de principal e juros com a geração de caixa da Companhia, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além do assunto descrito acima na seção “Continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.



Porque é um PAA

Processos judiciais e contingências

Conforme descrito na nota 19 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuíam provisões no montante de R\$ 189.826 mil relacionadas a processos judiciais e administrativos, cuja expectativa de perda foi classificada como provável.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem passivos contingentes relevantes divulgados no montante total de R\$ 1.469.763 mil, com destaque para as ações sobre o não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e sobre o segundo procedimento arbitral em andamento advindo de Contrato de Abertura de Crédito com determinadas instituições financeiras.

Provisões e passivos contingentes possuem incerteza inerente em relação ao seu prazo e valor de liquidação. Adicionalmente, o reconhecimento e a mensuração das provisões e passivos contingentes requer que a administração exerça julgamentos relevantes para estimar os prognósticos de perda, valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia e suas controladas são partes envolvidas. Essa avaliação é baseada em posições de assessores jurídicos internos e externos e em julgamentos da própria administração.

Além disso, e considerando a magnitude dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas, que influenciam a determinação do prognóstico de perda, podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Diante do exposto, esse tema foi considerado como principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento dos principais controles relacionados aos processos judiciais e contingências. Com o apoio de especialistas na área tributária e cível, conforme apropriado, efetuamos leitura e discussão dos principais processos judiciais, incluindo a classificação do prognóstico de perda atribuída por assessores jurídicos internos e externos à Companhia.
- Obtivemos confirmação externa dos processos, valores e classificações de risco de perda, junto aos advogados que patrocinam os processos, bem como dados e informações históricas disponíveis.
- Para os processos de maior relevância, obtivemos opiniões de outros assessores jurídicos externos com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas causas, bem como avaliar os argumentos e jurisprudências adotados pelos assessores jurídicos da Companhia.
- Leitura das divulgações apresentadas nas notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para processos judiciais e contingências, bem como as divulgações efetuadas sobre passivos contingentes, incluindo a classificação desse tema como estimativa contábil crítica em virtude das incertezas envolvidas, são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos e demais informações obtidas.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Impostos a recuperar

Conforme descrito na Nota 8 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas apresentam em 31 de dezembro de 2020, créditos de PIS e COFINS relativos ao direito de exclusão do ICMS da base de cálculo dos referidos tributos decorrentes de processos judiciais transitados em julgado em 2019, no montante de R\$ 632.485 mil.

Adicionalmente, também conforme descrito na Nota 8 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas apresentam em 31 de dezembro de 2020 saldo credor de impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS) no montante de R\$ 121.188 mil, os quais referem-se, substancialmente, aos créditos gerados em suas operações na unidade de Santo André - SP. A Companhia realizou parcialmente créditos desta natureza no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 37.103 mil, entretanto, com o advento da pandemia da Covid 19, e o fechamento da unidade de Santo André – SP durante a maior parte do ano de 2020, a Companhia voltou a acumular saldo credor do referido tributo, e prevê a retomada da realização desses créditos a partir de 2021.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função das estimativas utilizadas pela Administração serem baseadas em premissas e julgamentos críticos, notadamente em relação ao período em que os créditos tributários serão realizados.

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos:

- Discutimos o assunto com os nossos especialistas de impostos.
- A razoabilidade e efetividade das ações iniciadas pela Companhia para utilização dos saldos acumulados.
- Análise de sensibilidade das projeções efetuadas pela Companhia.
- Avaliação da realização dos créditos no período.
- Discussão com a administração e com os órgãos de governança sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.
- Leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 4 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador CRC 1PE016700/O-0

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	05	137.153	102.266	138.761	118.036
Aplicações financeiras	05	29.433	6.631	29.433	11.717
Contas a receber de clientes	06	341.689	215.758	341.622	203.616
Estoques	07	1.096.926	1.012.434	1.096.926	1.014.982
Impostos e contribuições a recuperar	08	85.505	155.242	87.379	157.006
Outros ativos circulantes	09	106.976	47.699	107.082	48.000
Instrumentos financeiros derivativos	28	38.150	16.670	38.150	16.670
Despesas antecipadas		13.863	10.303	13.864	10.473
Total do ativo circulante		1.849.695	1.567.003	1.853.217	1.580.500
Aplicações financeiras	05	13.459	13.312	13.459	13.312
Impostos e contribuições a recuperar	08	693.674	701.659	693.674	701.659
Ativos mantidos para venda	10	112.094	111.987	112.094	111.987
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	-	-	-	11.343
Depósitos de demandas judiciais	09.2	35.455	27.498	35.455	27.498
Outros ativos não circulantes	09.1	97.552	95.721	97.292	95.721
Despesas antecipadas		11.654	5.652	11.654	5.653
		963.888	955.829	963.628	967.173
Direito de uso de Ativo	15	14.582	23.190	14.582	23.457
Investimentos	11	15.096	24.623	-	-
Outros investimentos		2.513	2.418	2.513	2.418
Ativo imobilizado	12	1.189.603	1.285.642	1.190.201	1.286.475
Ativo intangível	12	7.573	10.063	7.573	10.063
		1.229.367	1.345.936	1.214.869	1.322.413
Total do ativo não circulante		2.193.255	2.301.765	2.178.497	2.289.586
Total do ativo		4.042.950	3.868.768	4.031.714	3.870.086

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Fornecedores	13	462.394	494.270	462.394	495.498
Operações com forfaiting e cartas de crédito	14	228.995	85.641	228.995	85.641
Arrendamento mercantil	15	9.416	12.157	9.416	12.335
Empréstimos e financiamentos	16	2.866.323	568.009	2.866.323	568.009
Instrumentos financeiros derivativos	28	242.937	49.381	242.937	49.381
Salários e encargos sociais	17	41.873	50.773	41.898	50.881
Impostos e contribuições a recolher	18	18.689	12.319	18.726	12.455
Dividendos a pagar	20	152	172	152	172
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	59.184	10.980	59.299	11.097
Outros passivos circulantes	20	47.069	70.919	35.916	70.561
Total do passivo circulante		3.977.032	1.354.621	3.966.056	1.356.030
Fornecedores	13	2.920	77	2.920	77
Arrendamento mercantil	15	5.789	12.185	5.789	12.289
Empréstimos e financiamentos	16	22.878	1.642.876	22.878	1.642.876
Provisão para demandas judiciais	19	189.826	191.910	189.826	191.910
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.2	42.835	45.508	42.835	45.508
Provisão para patrimônio líquido negativo	11	260	195	-	-
Total do passivo não circulante		264.508	1.892.751	264.248	1.892.660
Total do passivo		4.241.540	3.247.372	4.230.304	3.248.690
Capital social	21.a	2.069.566	2.069.566	2.069.566	2.069.566
Debêntures conversíveis em ação	21.b	25.787	25.787	25.787	25.787
Custo de Capitalização		(5.375)	(5.375)	(5.375)	(5.375)
Ajuste de avaliação patrimonial	21.h	(692.101)	(725.690)	(692.101)	(725.690)
Ações em tesouraria		(741)	(741)	(741)	(741)
Prejuízos acumulados		(1.595.726)	(742.151)	(1.595.726)	(742.151)
Total do patrimônio líquido		(198.590)	621.396	(198.590)	621.396
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.042.950	3.868.768	4.031.714	3.870.086
Valor patrimonial por ação – em reais (R\$)		(4,58)	14,32		

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita líquida de vendas	22	4.221.371	5.540.040	4.293.474	5.227.641
Custo dos produtos vendidos	23	(4.096.519)	(5.491.320)	(4.164.987)	(5.164.429)
Lucro bruto		124.852	48.720	128.487	63.212
Despesas comerciais	23	(21.655)	(27.536)	(22.626)	(29.620)
Gerais e administrativas	23	(72.739)	(84.990)	(73.734)	(86.581)
Honorários da administração	11.4	(6.778)	(8.231)	(6.778)	(8.232)
Equivalência patrimonial	11.1	(9.851)	2.456	-	-
Participação dos empregados e administradores		(6.997)	(7.876)	(6.976)	(7.938)
Outras despesas	24	(290.113)	(269.619)	(290.275)	(269.602)
Outras receitas	24	41.140	461.067	42.063	461.115
(Despesa) receitas operacionais		(366.993)	65.271	(358.326)	59.142
(Prejuízo) lucro operacional antes do resultado financeiro		(242.141)	113.991	(229.839)	122.354
Despesas financeiras	25	(1.115.002)	(674.085)	(1.117.167)	(706.745)
Receitas financeiras	25	492.867	745.312	494.110	770.885
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e contrib. social		(864.276)	185.218	(852.896)	186.494
Imposto de renda e contribuição social corrente	26.2	-	-	(35)	(10)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.2	2.672	(210.293)	(8.673)	(211.559)
Imposto de renda e contribuição social		2.672	(210.293)	(8.708)	(211.569)
Prejuízo do exercício		(861.604)	(25.075)	(861.604)	(25.075)
Prejuízo básico por ação ordinária em reais		(21,16758)	(0,61603)	(21,16758)	(0,61603)
Prejuízo diluído por ação ordinária em reais		(20,72206)	(0,60307)	(20,72206)	(0,60307)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Controladora/Consolidado	
	2020	2019
Prejuízo do exercício	(861.604)	(25.075)
Outros componentes do resultado abrangente, líquidos dos efeitos tributários		
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado	41.618	43.974
Hedge fluxo de caixa-Receita exportação ACC/PPE	-	(133)
Hedge fluxo de caixa-NDF receita de vendas	41.265	46.796
Hedge fluxo de caixa-Custo metal x Futuro bolsa	81	(2.873)
Ganhos var. camb. investimentos exterior	272	184
Total do resultado abrangente do exercício	(819.986)	18.899
Atribuível a		
Acionistas da Companhia	(819.986)	18.899

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Debêntures conversíveis em ações	Custo de Capitalização	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018		1.990.708	104.645	(5.375)	(741)	(725.250)	(761.490)	602.497
Aumento de capital	21.b	78.858	(78.858)	-	-	-	-	-
Transações de capital com os sócios		78.858	(78.858)	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros líquido de tributos	21.h	-	-	-	-	-	43.790	43.790
Ganhos e perdas var camb. investimento exterior	21.h	-	-	-	-	-	184	184
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	21.h	-	-	-	-	10.899	(10.899)	-
Imposto s/ realiz. do ajuste de avaliação patrimonial	21.h	-	-	-	-	(2.725)	2.725	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	8.174	35.800	43.974
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(25.075)	-	(25.075)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		2.069.566	25.787	(5.375)	(741)	(742.151)	(725.690)	621.396
Instrumentos financeiros líquido de tributos	21.h	-	-	-	-	-	41.346	41.346
Ganhos e perdas var camb. investimento exterior	21.h	-	-	-	-	-	272	272
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	21.h	-	-	-	-	10.701	(10.701)	-
Imposto s/ realiz. do ajuste de avaliação patrimonial	21.h	-	-	-	-	(2.672)	2.672	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	8.029	33.589	41.618
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(861.604)	-	(861.604)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		2.069.566	25.787	(5.375)	(741)	(1.595.726)	(692.101)	(198.590)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e contrib. social	(864.276)	185.218	(852.896)	186.494
Ajustes para reconciliar o (prejuízo) lucro líquido com recursos gerado pelas atividades operacionais				
Valor residual de ativo permanente baixado	563	(110)	737	(110)
Depreciação e amortização	154.836	152.204	154.899	152.326
Amortização direito de uso do ativo	11.849	13.695	11.934	13.863
Equivalência patrimonial	9.851	(2.456)	-	-
Provisões para patrimônio líquido negativo de investida	8	195	-	-
Provisão (reversão) perda estimada do valor recuperável	626	(4.575)	573	(4.814)
Provisão de outras perdas estimadas	1.137	(20.877)	1.137	(20.877)
Provisão para perdas demandas judiciais	8.267	48.009	8.267	48.009
Ajuste a valor presente - clientes e fornecedores	1.073	(3.402)	481	(6.617)
Ajuste de avaliação patrimonial	13.805	-	13.808	-
Encargos financeiros	740.686	204.836	740.950	205.029
	78.425	572.737	79.890	573.303
(Acréscimo) decréscimo de ativos				
Contas a receber de clientes	(192.510)	560.442	(204.831)	470.962
Estoques	(77.303)	574.630	(74.757)	610.359
Impostos e contribuições a recuperar	77.722	(642.187)	77.604	(633.430)
Despesas antecipadas	(9.562)	3.988	(9.392)	4.332
Depósitos de demandas judiciais	(7.957)	(15.674)	(7.957)	(15.674)
Instrumentos financeiros derivativos	5.585	156.818	5.585	156.818
Ativos mantidos para venda	(107)	14.613	(107)	14.613
Outros ativos circulantes e não circulantes	(47.364)	(45.704)	(46.909)	(49.120)
Acréscimo (decréscimo) de passivos				
Fornecedores	(11.042)	(803.138)	(12.269)	(751.615)
Operações com forfaiting e cartas de crédito	143.354	18.240	143.354	18.240
Impostos e contribuições a recolher	6.370	2.628	6.242	2.733
Provisão para demandas judiciais	(24.864)	(26.526)	(24.864)	(26.525)
Salários e encargos sociais	(8.900)	(9.129)	(8.983)	(9.180)
Instrumentos financeiros derivativos	197.075	23.358	197.075	23.358
Passivos relacionados a contratos de clientes	48.426	(177.154)	48.424	(177.644)
Outros passivos circulantes e não circulantes	(23.850)	19.586	(34.280)	18.602
Caixa gerado pelas operações	153.498	227.528	133.825	230.132
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(365)	(431)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	153.498	227.528	133.460	229.701
Atividades de investimento				
Aplicações financeiras efetuadas	(2.839.561)	(3.649.810)	(2.839.561)	(3.844.295)
Aplicações financeiras resgatadas	2.816.612	3.674.655	2.821.698	3.864.822
Outros investimentos	(95)	(91)	(95)	(91)
Variação de capital de sociedade controlada	-	(2.947)	-	-
Adições em imobilizado e intangível	(65.050)	(169.005)	(65.050)	(169.007)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(88.094)	(147.198)	(83.008)	(148.571)
Atividades de financiamento				
Ingressos de empréstimos e financiamentos	260.593	123.634	260.593	123.634
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(257.755)	(142.029)	(257.755)	(142.029)
Pagamento de Juros s/ empréstimos	(18.690)	(124.396)	(18.690)	(124.396)
Pagamentos de arrendamento mercantil	(14.645)	(9.397)	(13.855)	(9.524)
Dividendos	(20)	(27.447)	(20)	(27.447)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(30.517)	(179.635)	(29.727)	(179.762)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	34.887	(99.305)	20.725	(98.632)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	102.266	201.571	118.036	216.668
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	137.153	102.266	138.761	118.036
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	34.887	(99.305)	20.725	(98.632)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas				
Vendas de mercadorias e serviços	4.680.104	6.154.516	4.751.804	5.768.614
Provisão de perda estimada de crédito liquidação duvidosa	(627)	4.575	(574)	4.815
Outras receitas	27.485	458.871	28.210	458.919
Insumos adquiridos de terceiros (Inclui o valor dos impostos - ICMS e IPI)				
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(4.042.286)	(5.191.759)	(4.121.894)	(5.020.256)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(504.731)	(678.295)	(505.470)	(688.250)
Valor adicionado bruto	159.945	747.908	152.076	523.842
Retenções				
Depreciação e amortização	(154.836)	(152.204)	(154.899)	(152.326)
Amortização direito de uso do ativo	(11.849)	(13.695)	(11.934)	(13.863)
Valor adicionado líquido	(6.740)	582.009	(14.757)	357.653
Recebido de terceiros				
Resultado de equivalência	(9.851)	2.456	-	-
Receitas financeiras	492.867	745.312	494.110	770.885
Valor adicionado total a distribuir	476.276	1.329.777	479.353	1.128.538
Distribuição do valor adicionado	476.276	1.329.777	479.353	1.128.538
Pessoal e encargos	195.479	235.368	196.436	237.057
Impostos, taxas e contribuições	16.102	433.207	15.632	196.852
Juros e aluguéis	1.126.299	686.277	1.128.889	719.704
Prejuízo do exercício	(861.604)	(25.075)	(861.604)	(25.075)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

01. Contexto operacional

Paranapanema S.A. (“Paranapanema”, “Controladora” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital aberto com sede social em Dias d’Ávila, no Estado da Bahia, na Via do Cobre, nº 3.700, área industrial Oeste, Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC.

As ações da Paranapanema são listadas e negociadas no mais alto nível de governança corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão desde 1971, e dentro do segmento “Novo Mercado” desde 2012, sob o código PMAM3.

A Companhia e suas Controladas desenvolvem atividades industriais nas áreas de transformação e beneficiamento de minérios, subprodutos e derivados deles resultantes, e na área da metalurgia, abrangendo produtos ferrosos e não ferrosos consistentes em laminados, extrudados, fundidos, manufaturados e semimanufaturados, peças e componentes industriais destinados ao mercado interno e à exportação.

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram preparadas mantendo-se o pressuposto de continuidade operacional baseado em um plano de negócios que contempla o fluxo de caixa projetado. Foram consideradas para as referidas projeções diversas premissas financeiras e de negócios, incluindo o reperfilamento da dívida financeira da Companhia, bem como otimização da capacidade instalada diluindo os custos fixos e otimizando a geração de caixa, redução do ciclo de conversão de caixa visando a controlar a necessidade de capital de giro e a redução de custos e despesas para alcançar a rentabilidade esperada no exercício de 2021.

A Administração acredita que o plano de negócios apresentado seja adequado, dentro de premissas razoáveis para a sua concretização.

O modelo de negócios da Paranapanema depende substancialmente de investimentos e financiamentos, obtidos por meio de captações de linhas de créditos bancários, antecipação de recebíveis, prazo de pagamento junto a seus fornecedores de matéria-prima e financiamentos em geral. Após o processo de reestruturação concluído em 2017 e apesar de não ter tomado nenhuma linha de crédito adicional relevante, a Companhia continua gerando caixa.

Neste contexto, a Companhia está trabalhando para equalizar o perfil de sua dívida financeira. Desde o primeiro trimestre de 2020, a Companhia vem tratando com seus principais credores financeiros (essencialmente os mesmos que participaram do processo de renegociação em 2017) para alinhar o perfil da dívida da Companhia com a sua futura geração de caixa e necessidade de investimento.

A Companhia, em cumprimento ao CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, classificou as dívidas em renegociação do passivo não circulante para o passivo circulante no montante atualizado de R\$1.520.886, devido ao não cumprimento de cláusula contratual referente ao prazo de pagamento. Com essa reclassificação, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresenta no consolidado um capital circulante líquido negativo de R\$2.112.839.

A Companhia apurou prejuízo no exercício no montante de R\$861.604, principalmente decorrente dos empréstimos e financiamentos que sofreram efeito da desvalorização do real frente ao dólar (efeito não caixa). O montante do prejuízo acumulado até 31 de dezembro de 2020 tornou o patrimônio líquido da Companhia negativo em R\$198.590.

Covid-19

Com a gradual estabilização do cenário da pandemia em nível global no quarto trimestre de 2020, observou-se uma melhora comercial na Paranapanema, suficiente para uma retomada quase integral das atividades industriais e administrativas.

Nesse contexto, a Paranapanema retomou as suas atividades das plantas industriais de Santo André/SP e Serra/ES (produtos marca Eluma), historicamente responsáveis por 15% da receita da Companhia.

Na planta de Dias d'Ávila, responsável pela produção de cobre primário (produtos marca Caraíba), e responsável historicamente pelos outros 85% da receita da Companhia, foi suspenso por um período de 90 dias, durante o ano de 2020, o contrato de trabalho de alguns de seus empregados, em conformidade com a Lei 14.020/2020.

A Companhia enfatiza que é fornecedora essencial na cadeia produtiva de diversas outras indústrias, e continua entregando produtos fundamentais para setores indispensáveis à população neste momento de crise, como os segmentos de infraestrutura hospitalar, saneamento básico, gases, setor de energia elétrica, dentre outros.

Impactos nos negócios da PMA

A Companhia avaliou o impacto da Covid-19 em seus negócios. Segue abaixo um resumo dos principais impactos nos negócios da Companhia em 31 de dezembro de 2020:

- (i) Redução do valor recuperável ("*impairment*"): não houve mudanças significativas nas circunstâncias que indicariam uma perda por "*impairment*". A Companhia mantém um acompanhamento constante da situação e se surgir um novo impacto financeiro resultante da COVID-19 nas unidades geradoras de caixa da Companhia, será avaliado e divulgado tempestivamente. Nesse momento, a administração avalia que, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa, como preços de *commodities* e níveis de produção para os principais ativos da Companhia não sofreram alterações significativas, para a avaliação do indicativo de "*impairment*". Vale ressaltar que a Companhia não possui intangíveis de vida útil indefinida no seu balanço (ágio e/ou outros intangíveis), bem como já havia registrado ajuste ao valor recuperável de parcela significativa de seu Imposto de Renda Diferido Ativo no exercício anterior. Dessa maneira, os ativos de longo prazo relevantes se concentram no seu imobilizado (ativo fixo), o qual vem sendo depreciado e para o qual a Companhia fez uma análise de valor de realização de parcela significativa desses bens (valor de mercado dos bens menos os custos para venda desses ativos) com empresa especializada para o final do exercício anterior e não identificou necessidade de ajustes ao valor recuperável desses bens. Entendemos que as premissas e base de análise desse estudo efetuado por terceiros, continuam válidas para 31 de dezembro de 2020.
- (ii) Valor justo de outros ativos e passivos: no atual momento os efeitos da pandemia não causaram impactos significativos no valor justo dos ativos e passivos da Companhia. Os tais efeitos continuam incertos, entretanto, a Companhia, nesse momento, não identificou impactos significativos na liquidez e na posição financeira da Companhia, e manterá o acompanhamento dos desdobramentos da crise para divulgar tempestivamente qualquer alteração significativa no valor justo dos ativos e passivos nos períodos subsequentes.
- (iii) Contas a Receber: a Companhia conta com perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, demonstrado na Nota 6 de acordo com a norma IFRS 9 (CPC 48), mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais. Essa análise se mostra eficiente nesse cenário, mantendo os níveis de títulos vencidos em relação a 31 de dezembro de 2019. A Companhia vem negociando com alguns clientes sem impactos

significativos no caixa. Os acordos estão sendo cumpridos, não havendo necessidade de “impairment” além dos montantes já reconhecidos pela Companhia.

Medidas de proteção aos colaboradores e terceirizados:

A Companhia continua adotando rigorosos e atualizados procedimentos de saúde em todas as suas unidades. Tais procedimentos de saúde visam à proteção e prevenção de seus colaboradores, clientes, fornecedores e comunidade, tudo de acordo com as recomendações e determinações das autoridades sanitárias. Com o suporte de um comitê especialmente designado para tratar destas questões, estamos acompanhando a evolução da Covid-19 e diariamente avaliando, implementando e monitorando diversas medidas, além das abaixo descritas:

- (i) manutenção da Comissão da Saúde e Comitê de Crise para garantir respostas rápidas às novas informações;
- (ii) produção de comunicados com dicas de prevenção e outras informações;
- (iii) manutenção de home office para todos os colaboradores das áreas administrativas;
- (iv) distribuição de cartilhas educativas aos nossos empregados e familiares, com esclarecimentos sobre a pandemia, medidas de prevenção habituais e outras especiais para terem durante as festas de final de ano – além de orientações para equilibrar a saúde mental e o isolamento social;
- (v) adaptações de áreas comuns como refeitório e área de lazer nas três unidades;
- (vi) aplicação de testes da Covid-19 aos empregados que retornaram às nossas unidades industriais após o período de suspensão dos contratos de trabalho; e
- (vii) aplicação de testes da Covid-19 aos empregados que apresentaram algum sintoma.

Entidades do grupo – “Controladas”

A Companhia detém as seguintes participações societárias em suas Controladas diretas:

Controladas	2020	2019
CDPC-Centro de Distrib. de Produtos de Cobre Ltda Empresa com sede na cidade de Santo André, SP, Brasil, tendo como principal objeto social a comercialização e distribuição de cobre, suas sobras e outros minérios, de suas ligas e dos produtos e subprodutos deles resultantes.	99,99%	99,99%
Caraíba Incorporated Ltd. (*) Empresa com sede nas Ilhas Caimã, constituída em 08 de julho de 2005.	100,00%	100,00%
Paraibuna Agropecuária Ltda. (*) Empresa com sede na cidade de Santo André, SP, Brasil, tendo como objeto social a exploração de atividades agropecuárias, pastoris e reflorestamentos.	99,98%	99,98%
Paranapanema Netherlands B.V. (*) Empresa com sede na cidade de Amsterdam, Holanda, constituída em 09 de abril de 2014	100,00%	100,00%

(*) Estas empresas não estão operacionais

02. Base de preparação

A) Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA Individual e Consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Financeiras.

A emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 04 de março de 2021.

B) Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não derivativos designados e mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Estoques de metais objeto de *hedge* e mensurados pelo valor justo em reais por meio do resultado;
- Terrenos, edificações e máquinas foram ajustados ao custo atribuído (*deemed cost*) na data de transição para IFRS/CPC.

C) Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

D) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

E) Incertezas sobre premissas e estimativas contábeis críticas

As informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas contábeis críticas, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 08 - Impostos e contribuições a recuperar: ações tomadas pela Companhia para realização dos créditos de ICMS e homologação de parte dos créditos do PIS e da COFINS;
- Nota 12 - Imobilizado e intangível: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis e análise substantiva da vida útil;
- Nota 19 - Provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota 26 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 28 - Instrumentos Financeiros: valor justo dos derivativos.

03. Mensuração do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

Os ativos e passivos financeiros registrados ao valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis de hierarquia ao valor justo (nota 28.4).

A) Contratos de câmbio a termo e swaps de taxas de juros

Os valores justos de contratos de câmbio a termo e de contratos de *swaps* de taxas de juros são baseados nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade por meio do desconto de fluxos de caixa futuros estimados, baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento similar apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Paranapanema, suas controladas e contraparte, quando apropriado.

B) Estoques de metal

Os valores justos dos metais contidos dentro do estoque são marcados a mercado pelos preços em dólares dos respectivos metais na curva futura da *London Metal Exchange* ("LME") e *London Bullion Market Association* ("LBMA"). As variações dos preços futuros são refletidas no estoque em cada fase de produção considerando o prazo estimado que esse estoque será vendido.

C) Outros passivos financeiros não derivativos

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de relatório anual. O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

04. Principais políticas contábeis

A Companhia tem aplicado as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

A) Base de consolidação

i. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

ii. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

iii. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Somente a empresa controlada CDPC-Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda. está ativa. A empresa Paranapanema Netherland B.V. teve operações de revenda no período de abril a outubro de 2019 e as demais empresas controladas estão inativas e os saldos são irrelevantes nas demonstrações financeiras.

B) Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para Real, moeda funcional da Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- Passivo financeiro designado como proteção (*hedge*) do investimento líquido em uma operação no exterior, na extensão em que a proteção (*hedge*) seja efetiva, os quais são reconhecidos em outros resultados abrangentes; ou
- Uma proteção (*hedge*) de fluxos de caixa que se qualifica, os quais são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

ii. Operações no Exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido.

C) Instrumentos financeiros

C.1) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros ao custo amortizado inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ao valor justo por meio do resultado.

I. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

São ativos financeiros mantidos pela Companhia com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. ativos.

Compreende o saldo das rubricas caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos.

II. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:

São ativos financeiros mantidos pela Companhia tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam,

exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

III. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Compreende o saldo das rubricas de instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos.

C.1.2) Aplicações Financeiras e recebíveis

As aplicações financeiras e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis.

i. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros que possuem liquidez imediata ou em data inferior a 90 dias e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros, e são utilizados pela Companhia e suas Controladas na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. Aplicações Financeiras

Aplicações financeiras e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, aplicações financeiras são mensuradas pelo custo amortizado.

iii. Contas a receber e perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

O saldo de clientes do mercado externo está convertido para reais com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. A política de vendas da Companhia e suas controladas se subordinam às normas de crédito fixadas pela Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Adicionalmente, especialistas das áreas financeira e comercial avaliam e acompanham o risco dos clientes, de acordo com sua capacidade de pagamento, índice de endividamento e balanço patrimonial. A Companhia conta ainda com perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, demonstrado na Nota 6 de acordo com a norma IFRS 9 (CPC 48), mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais.

C.2) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um passivo financeiro quando têm suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos

inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto, fornecedores e outras contas a pagar.

Saldos bancários a descoberto que tenham que ser pagos quando exigidos e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia e suas controladas são incluídos como um componente do caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

C.3) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de *hedge*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira, preço das *commodities* (metal), e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente se:

- as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados;
- o instrumento separado com os mesmos termos do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

No momento da designação inicial do derivativo como um instrumento de *hedge*, a Companhia documenta formalmente o relacionamento, a estratégia e os riscos entre os instrumentos e objetos de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do *hedge*. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, quanto em uma base contínua, se existe a expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam “altamente eficazes” na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa durante o exercício para o qual o *hedge* é designado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos continuam sendo mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas conforme descrito abaixo.

C.3.1) Hedges de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item objeto de *hedge* é um ativo não financeiro, o valor acumulado mantido em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado no mesmo exercício ou exercícios durante os quais o ativo não financeiro afeta o resultado. Caso o instrumento de *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, expire, ou seja, vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado.

C.3.2) Derivativos embutidos separáveis

Variações no valor justo de derivativos embutidos separáveis são reconhecidas imediatamente no resultado.

C.3.3) Hedges de Valor Justo

Quando o derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção do valor justo de um ativo ou passivo, a porção efetiva das variações do valor justo do derivativo é reconhecida no resultado e pode ser alocada para ajustar o valor do ativo ou passivo objeto de *hedge* dependendo de sua natureza operacional ou financeira.

A porção inefetiva da variação do valor justo do derivativo é reconhecida no resultado financeiro.

Os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos derivativos negociadas em bolsas ativas (de mercadorias e futuros) são objeto de teste de efetividade retrospectivo e prospectivo. A marcação a mercado de derivativos usando preços futuros trazem a volatilidade de mercado futuro para o resultado da Companhia e os efeitos não devem ser considerados para medição de sua performance a menos que a política de gestão de risco permita especular com tais instrumentos derivativos, o que não é o caso da Companhia.

C.3.4) Outros derivativos não mantidos para negociação

Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de *hedge* que se qualifique para a contabilização de *hedge*, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

C.4) Capital social

C.4.1) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo e juntamente com os juros sobre capital próprio somente estarão livres para desembolso quando a Companhia não tiver prejuízos acumulados.

C.4.2) Debêntures conversíveis em ações

São Debêntures que, conforme estabelecido na escritura de emissão, são mandatoriamente conversíveis em ações da Companhia, representados de parcela de empréstimo contraído pela emitente com o investidor garantidos pelo ativo da Companhia visando investimento ou o financiamento de capital de giro. A emissão tem que ser autorizada pelo Conselho de Administração e deliberada em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”).

D) Ativos Mantidos para Venda

Os ativos não correntes, ou grupos mantidos para venda, são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente através de venda ao invés do uso contínuo.

Os ativos, ou o grupo de ativos, mantidos para venda, são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao

valor recuperável apurados na classificação inicial como mantidas para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas subsequentes sobre remensuração, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

E) Benefícios a empregados

i. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

ii. Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

iii. Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida do Grupo em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período.

iv. Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando o Grupo não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando o Grupo reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes.

F) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Companhia;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

G) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

H) Depreciação e amortização

Itens do ativo imobilizado e intangíveis são depreciados e amortizados respectivamente a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação ou amortização é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado e intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação ou amortização é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado e intangível para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

• Edificações	25 a 50 anos
• Máquinas e equipamentos	3-30 anos
• Veículos	5 anos
• Móveis e utensílios	5-10 anos
• Software	5 anos

I) Ativos intangíveis

i. Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

ii. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas

por redução ao valor recuperável.

iii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iv. Amortização

Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados, caso seja apropriado.

J) Estoques

Os estoques são mensurados inicialmente pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é avaliado ao custo médio líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação, e outros custos incorridos para trazê-los à sua localização e condições atuais. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. Ao final de cada mês, a porção do custo referente ao preço do metal é ajustada pelo ganho ou perda nos *hedges* de valor justo, aproximando o custo do metal no estoque ao valor da LME média do mês de apuração. Pela política de riscos da Companhia, o estoque está próximo do valor de mercado e por isso não existem indícios de necessidade de sua redução ao valor recuperável (*impairment*).

i. Ociosidade

O custo referente à capacidade instalada é transferido às unidades produzidas, integralmente, sempre que as instalações produtivas estiverem sendo utilizadas em condições normais. A partir do ponto em que a ociosidade deixar de estar dentro dos limites da normalidade, o custo referente a essa ociosidade em excesso é levado diretamente nos resultados do período da ociosidade, a título de item extraordinário, não se admitindo a sua transferência para estoques, evitando-se, desta maneira, o risco de uma superavaliação destes e da não possibilidade de sua recuperação.

K) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

K.1) Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um investimento em instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência

objetiva de perda por redução do valor recuperável.

K.2) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida e registrada através do resultado.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Gestão sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

K.3) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, exceto os estoques, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma evidência por perda no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos despesas de venda. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

L) Direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos

Os direitos de uso de ativos e passivos de arrendamentos correspondem a contratos de arrendamentos de máquinas, equipamentos e edifícios, superiores a 12 meses, de valor substancial e uso exclusivo. O reconhecimento é feito pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício na linha competente a sua natureza (“Custo dos produtos vendidos” / “Despesas Gerais e Administrativas” / “Despesas Comerciais”), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no “Resultado financeiro”.

M) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos

que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos da reversão do reconhecimento do desconto pela passagem do tempo são contabilizados no resultado como despesa financeira.

N) Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A receita operacional é reconhecida baseada no modelo de cinco etapas da norma do IFRS 15: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

As obrigações de desempenho de venda e o frete da entrega dos produtos prometidos aos clientes se satisfazem simultaneamente, não caracterizando entrega distintas, sendo que o cliente não pode se beneficiar do bem ou serviço isoladamente.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições Individuais do contrato de venda.

O) Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita pelo valor justo quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como “receitas líquidas de vendas” em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como “receitas líquidas de vendas” em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas são registradas.

A unidade industrial sede social localizada em Dias d'Ávila, no estado da Bahia, goza de incentivo fiscal de ICMS, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – Desenvolve. Instituído pela Lei nº 7.980, de 12 de dezembro de 2001 regulamentado pelo Decreto nº 8.205/2002, o incentivo tem por objetivo de longo prazo complementar e diversificar a matriz industrial e agroindustrial do Estado. Este benefício se aplica apenas para as vendas no mercado interno.

P) Receitas (despesas) financeiras

Receitas (despesas) financeiras: Compreendem os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e cambial ativa e passiva, vinculada aos empréstimos com instrumento de "swap", resultado de variação cambial líquido dos ganhos e das perdas com instrumentos financeiros derivativos ("swap" contratado) e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

Variação Cambial: Uma transação em moeda estrangeira deve ser reconhecida contabilmente, no momento inicial, pela moeda funcional, mediante a aplicação da taxa de câmbio a vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira, na data da transação, sobre o montante em moeda estrangeira. Ao término de cada período de reporte os itens monetários em moeda estrangeira devem ser convertidos, usando-se a taxa de câmbio de fechamento. As variações cambiais

advindas da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários por taxas diferentes daquelas pelas quais foram convertidos quando da mensuração inicial, durante o período ou em demonstrações financeiras anteriores, devem ser reconhecidas na demonstração do resultado no período em que surgirem.

Q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, e consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A Companhia possui decisão judicial transitada em julgado que reconheceu o direito ao não recolhimento da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), não tendo sido objeto de Ação Rescisória pela Fazenda Nacional, portanto, válida até os dias atuais.

A despesa e/ou crédito com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

ii. Imposto diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. A alíquota de impostos definidas atualmente para se determinar os créditos tributários diferidos é de 25% para imposto de renda na controladora e 34% (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social) nas controladas.

O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias:

- O reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;
- Diferenças relacionadas a investimentos em controladas, filiais e coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto (joint venture) quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas são revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais

provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

R) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) Individuais e Consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

S) Lucro ou prejuízo por ação

A Companhia apura o saldo de lucro ou prejuízo por ação com base na atribuição do resultado do exercício das ações emitidas pela Companhia, ponderado as quantidades em circulação durante o exercício.

T) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Alterações na Estrutura Conceitual: O IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros. (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2022)

As principais mudanças foram:

- aumento da proeminência da gestão no objetivo da preparação de relatórios financeiros;
- restabelecimento da prudência como um componente de neutralidade;
- definição de entidade;
- revisão das definições de ativo e passivo;
- remoção do parâmetro de probabilidade para reconhecimento e inclusão de orientações sobre desreconhecimento;
- inclusão de orientações sobre bases diferentes de mensuração; e
- afirmação de que o resultado é o principal indicador de desempenho e que, em princípio, as receitas e despesas em outros resultados abrangentes deveriam ser reciclados quando isso aprimorar a relevância ou a apresentação fiel das demonstrações financeiras.

b) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada)

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou

não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
 - Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
 - Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
 - Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.
- c) Reforma da taxa de juros de referência—CPC 38/IAS 39 - CPC 40(R1)/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9 – Fase 2 (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2021, permitida adoção antecipada)
- mudanças nos fluxos de caixa contratuais: as entidades não precisarão desreconhecer o valor contábil de ativos financeiros ou passivos financeiros para mudanças exigidas pela reforma;
 - requisitos de hedge accounting: fim das isenções para avaliação da efetividade dos relacionamentos de hedge accounting, e
 - divulgações: As entidades relatoras serão obrigadas a fazer divulgações adicionais sobre novos riscos decorrentes da reforma do IBOR e como administram esses riscos. Há também requisitos de divulgação para a transição de IBORs para benchmark alternativo cotações.
- d) CPC 25/IAS 37 – Contratos onerosos: Custo para cumprir um contrato oneroso (Aplicável para períodos anuais em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitido adoção antecipada)
As alterações no CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes especificam que o ‘custo de cumprimento’ do contrato compreende os ‘custos diretamente relacionados ao contrato’. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos.
- e) Imobilizado - CPC 27/IAS 16 – Receitas antes do uso pretendido (Aplicável para períodos anuais em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitido adoção antecipada)
No processo de construir um item do ativo imobilizado para o uso pretendido, uma entidade pode paralelamente produzir e vender produtos gerados no processo de construção do item do imobilizado. Antes da alteração proposta pelo IASB, eram observadas, na prática, diversas formas de contabilização de tais receitas. O IASB alterou a norma para fornecer orientações sobre a contabilização de tais receitas e os custos de produção relacionados.
- Com a nova proposta, a receita da venda não é mais deduzida do custo do imobilizado, mas sim reconhecida na demonstração do resultado juntamente com os custos de produção desses itens. A IAS 2/ CPC 17 Estoques deve ser aplicada na identificação e mensuração dos custos de produção.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

05. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos		106.752	91.956	108.360	105.620
Aplicações financeiras	(a)	30.401	10.310	30.401	12.416
Caixa e equivalentes de caixa		137.153	102.266	138.761	118.036
Aplicações financeiras	(b)	42.892	19.943	42.892	25.029
Aplicações financeiras		42.892	19.943	42.892	25.029
Ativo circulante		29.433	6.631	29.433	11.717
Ativo não-circulante		13.459	13.312	13.459	13.312

A Companhia, seguindo suas políticas de aplicações de recursos, tem mantido suas aplicações financeiras em títulos públicos federais e investimentos de baixo risco, em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha, de acordo com rating divulgado pelas principais agências de risco.

a) Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a certificados de depósitos bancários e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços, possuem liquidez imediata e sem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros.

b) Aplicações Financeiras

Referem-se a certificados de depósitos bancários e debêntures compromissadas e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços. O saldo, no consolidado, em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$42.892 (R\$25.029 em 31 de dezembro de 2019), estava em garantia para operação de compra de energia no mercado livre, compra de dólar futuro, fiança bancária e operações de chamada de margem.

Em 31 de dezembro de 2020, a remuneração média das aplicações era de 53,3% do CDI (76,7% em 31 de dezembro de 2019), mensuradas ao valor justo em contrapartida do resultado.

06. Contas a receber de clientes

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Cientes no país:					
Terceiros		165.792	147.728	166.902	172.327
Partes Relacionadas	11.2	67	35.578	-	-
Perda estimada do valor recuperável		(52.039)	(51.816)	(53.149)	(52.979)
		113.820	131.490	113.753	119.348
Cientes no exterior:					
Terceiros		202.165	65.831	202.165	65.831
Ajuste de preço		28.240	20.569	28.240	20.569
Perda estimada do valor recuperável		(2.536)	(2.132)	(2.536)	(2.132)
		227.869	84.268	227.869	84.268
Ativo circulante		341.689	215.758	341.622	203.616

A composição do contas a receber por idade de vencimento, líquida de perda estimada do valor recuperável, é descrita como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
A vencer há mais de 120 dias	1.088	1.303	1.088	1.303
A vencer de 91 a 120 dias	4.261	7.112	4.261	7.112
A vencer de 61 a 90 dias	7.330	9.975	7.330	9.976
A vencer de 31 a 60 dias	44.231	65.438	44.231	35.186
A vencer até 30 dias	252.085	100.202	252.054	117.574
Total a vencer	308.995	184.030	308.964	171.151
Vencidas até 30 dias	4.361	9.328	4.325	9.764
Vencidas de 31 a 60 dias	94	1.663	94	1.663
Vencidas de 61 a 90 dias	-	625	-	626
Vencidas há mais de 90 dias	-	223	-	224
Total vencidas	4.455	11.839	4.419	12.277
	313.450	195.869	313.383	183.428
Ajuste a valor presente	-	(1.442)	-	(1.143)
Ajuste de preço	28.239	21.331	28.239	21.331
	341.689	215.758	341.622	203.616

O Ajuste de preço se refere a instrumentos financeiros derivativos contratados nas vendas de lama anódica e revert, para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e preço das *commodities*.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em virtude do não recebimento da venda performada de produtos (contas a receber). Para mitigar esse risco, possui políticas e normas para análise e monitoramento de créditos e cobrança de duplicatas.

Em conformidade com o IFRS 9, as perdas esperadas em ativos financeiros formam a base para a determinação das perdas a serem reconhecidas no resultado em decorrência da perda do valor recuperável (*impairment*) dos ativos financeiros. O total de títulos vencidos em 31 de dezembro de 2020, no consolidado, representa 1,3% do total a receber (6,0% em 31 de dezembro de 2019).

A constituição do saldo de perdas de créditos esperadas, em 31 de dezembro de 2020, considera a somatória da perda esperada, onde é aplicado um percentual de perda de acordo com score do cliente (pontualidade x restrições), mais a totalidade dos títulos com atraso superior a 90 (noventa) dias.

A movimentação da perda estimada do valor recuperável está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(58.524)	(59.926)
Reversões de perdas estimadas no período	5.322	5.346
Provisões de perdas estimadas no período	(746)	(531)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(53.948)	(55.111)
Provisões de perdas estimadas no período	(627)	(574)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(54.575)	(55.685)

Contas a Receber Oferecidos em Garantia

A Companhia celebrou em 14 de dezembro de 2020, instrumento particular de cessão de direitos creditórios de contas a receber com o Banco Safra, para garantir o pagamento de operação de NCE (Nota de Crédito de Exportação). O valor oferecido em 31 de dezembro de 2020 e de R\$22.550, que representa 110% do valor do contrato.

07. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Matérias-primas	330.162	302.094	330.162	302.094
Produtos em processo	373.239	190.229	373.239	190.229
Produtos acabados	226.095	165.701	226.095	165.701
Importações em andamento	62.205	269.992	62.205	269.992
Adiantamentos a fornecedores p/compra MP	1.419	1.772	1.419	1.772
Materiais de manutenção e outros	79.162	73.665	79.162	73.665
Materiais para revenda	27.163	13.358	27.163	15.926
Matéria prima em trânsito	3.036	777	3.036	757
Perda estimada do valor recuperável	(5.555)	(5.154)	(5.555)	(5.154)
Ativo circulante	1.096.926	1.012.434	1.096.926	1.014.982

O estoque é mensurado inicialmente pelo seu valor histórico e, posteriormente, devido ao programa de contabilidade de *hedge* de estoques (vide Nota 28.6.3), as porções relativas ao custo do metal (Cobre, Ouro, Prata, Chumbo, Zinco e Estanho) são ajustadas ao preço médio em dólares da curva de mercado futuro desses respectivos metais. A conversão dos preços dos metais em dólares para reais é feita pela disponibilidade de instrumentos de *hedge* cambial marcados a mercado pela taxa de câmbio do fechamento do mês, dentro do programa de contabilidade de *hedge* de valor justo do estoque.

O saldo da perda estimada no montante de R\$5.555 em 31 de dezembro de 2020 (R\$5.154 em 31 de dezembro de 2019), foi constituída com análise dos materiais e produtos sem movimentação há mais de 2 anos.

A Companhia ofereceu 255 toneladas de vergalhão de cobre eletrolítico em garantia de processo fiscal que, em 31 de dezembro de 2020 totalizava R\$10.286 (R\$6.536 em 31 de dezembro de 2019). Caso ocorra decisão desfavorável, os valores serão pagos em moeda corrente.

A Companhia ofereceu em 31 de dezembro de 2020, o equivalente a R\$ 100.026 em garantia da cessão de crédito do contas a receber conforme nota explicativa 16, sendo R\$62.204 do estoque rotativo da planta de Utinga e R\$37,822 de itens do almoxarifado.

08. Impostos e contribuições a recuperar

	Notas	Controladora			
		2020		2019	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Exclusão ICMS base calculo COFINS	(a)	25.121	494.542	98.400	496.316
Exclusão ICMS base calculo PIS	(a)	5.454	107.368	21.600	108.177
Imposto s/circulação de mercad. e serv.-ICMS	(b)	37.388	83.800	20.268	83.800
Impostos sobre ativo imobilizado a creditar		11.830	7.964	12.174	13.366
Imposto de renda e contrib. social a restituir	(c)	1.248	10.277	59	10.277
Reintegra	(d)	1.322	-	777	-
Contr. p/financ. seguridade social-COFINS	(e)	937	-	213	-
Programa de integração social-PIS	(e)	203	-	46	-
Imposto de renda retido na fonte-IRRF		394	-	1.147	-
Impostos sobre produtos industrializados-IPI		1.412	-	493	-
Perda estimada do valor recuperável	(f)	-	(10.277)	-	(10.277)
Outros		196	-	65	-
		85.505	693.674	155.242	701.659

	Notas	Consolidado			
		2020		2019	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Exclusão ICMS base calculo COFINS	(a)	25.121	494.542	98.400	496.316
Exclusão ICMS base calculo PIS	(a)	5.454	107.368	21.600	108.177
Imposto s/circulação de mercad. e serv.-ICMS	(b)	37.388	83.800	20.566	83.800
Impostos sobre ativo imobilizado a creditar		11.830	7.964	12.174	13.366
Imposto de renda e contrib. social a restituir	(c)	2.720	10.277	1.033	10.277
Reintegra	(d)	1.322	-	777	-
Contr. p/financ. seguridade social-COFINS	(e)	949	-	213	-
Programa de integração social-PIS	(e)	206	-	46	-
Imposto de renda retido na fonte-IRRF		415	-	1.208	-
Impostos sobre produtos industrializados-IPI		1.412	-	493	-
Imposto de renda e contrib. social antecipados		365	-	431	-
Perda estimada do valor recuperável	(f)	-	(10.277)	-	(10.277)
Outros		197	-	65	-
		87.379	693.674	157.006	701.659

A Administração estima que a projeção dos resultados tributáveis futuros indica que a Companhia e suas controladas apresentam capacidade de realização dos créditos tributários, classificados no ativo não circulante, no prazo de 6 (seis) anos, a partir de 2021.

Essas estimativas são anualmente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação possam ser consideradas nas informações contábeis.

- a) Decorre de valores objeto de decisões favoráveis obtidas em favor de sociedade incorporada e da Companhia em ações judiciais que questionavam a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, tendo o trânsito em julgado de tais ações judiciais ocorridas em 28 de fevereiro de 2019, 25 de abril de 2019 e 17 de dezembro de 2019.

De acordo com o CPC 00 (R1), que trata da "Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro" (Reconhecimento dos elementos das demonstrações contábeis), um item deve ser reconhecido se for provável que algum benefício econômico futuro ocorra, o qual deve ter valor que possa ser mensurado com confiabilidade, ou seja, de forma completa, neutra e livre de erro.

Em 2019, a Companhia contratou uma consultoria especializada com a finalidade de apoiar na análise e quantificação dos valores envolvidos. Esta análise levou a Companhia a apurar um valor total de R\$724.493. A Companhia já habilitou parte desse crédito e está utilizando para compensar tributos federais.

- b) Refere-se, substancialmente, ao saldo credor de impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS), gerados em suas operações na unidade de Santo André - SP, demonstrado pelo seu valor de realização.

A Companhia estuda reduzir o valor do crédito com a possível retomada das operações de importação de catodos via drawback para atender às exportações de produtos de cobre. Além disso vale ressaltar que o acúmulo do crédito nas operações de Santo André-SP foi impactado com a mudança das alíquotas passando de 18% para 12% nas operações internas no Estado de São Paulo com tubos e laminados.

- c) Refere-se ao imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) a ser recuperado pela Companhia referente a exercícios anteriores. Para os valores classificados no ativo não circulante a Companhia já efetuou o pedido de restituição através de processo judicial e aguarda decisão para compensar ou restituir o valor. O total de R\$10.277, classificado no ativo não circulante, está provisionado como perda em decorrência da realização não ser praticamente certa, conforme item (f).

- d) Refere-se a Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra). Os valores foram apurados de acordo com os parâmetros definidos na Lei nº 12.546/2011 com alterações da Lei nº 13.043/2014, regulamentado pelo Decreto nº 8.415/2015, alterado pelo Decreto nº 9.393/2018.
- e) Refere-se, substancialmente, ao crédito tomado de acordo com as Leis nº10.637/02 (PIS) e nº10.866/03 (COFINS), que se referem ao regime de apuração para a não-cumulatividade.
- f) Constituição de provisão para perda de impostos de renda a restituir referente a diversos processos no montante de R\$10.277 (item “c”). Os assessores jurídicos da Companhia classificaram como remoto para fins de obtenção de êxito nos pleitos.

09. Outros ativos circulantes e não circulantes

09.1 – Outros ativos circulantes e não circulantes

	Nota	Controladora			
		2020		2019	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Precatórios municipais	(a)	-	88.477	-	88.477
Precatórios federais		-	6.258	-	4.815
Recuperação plano coletivo Brasilprev	(b)	1.834	-	2.369	-
Depósitos chamada de margem	(c)	100.058	-	33.619	-
Valores a receber de terceiros	(d)	-	-	6.628	-
Adiantamentos a fornecedores	(e)	3.096	-	1.728	-
Adiantamento para Futuro aumento de Capital		-	260	-	-
Adiantamentos a funcionários		1.975	-	2.512	-
Valor a receber alienação Cibrafértil		-	1.001	-	1.001
Desapropriação		-	931	-	931
Valores a receber venda de energia		-	-	841	-
Outras operações		13	625	2	497
		106.976	97.552	47.699	95.721

	Nota	Consolidado			
		2020		2019	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Precatórios municipais	(a)	-	88.477	-	88.477
Precatórios federais		-	6.258	-	4.815
Recuperação plano coletivo Brasilprev	(b)	1.862	-	2.398	-
Depósitos chamada de margem	(c)	100.058	-	33.619	-
Valores a receber de terceiros	(d)	-	-	6.628	-
Adiantamentos a fornecedores	(e)	3.174	-	1.997	-
Adiantamentos a funcionários		1.975	-	2.515	-
Valor a receber alienação Cibrafértil		-	1.001	-	1.001
Desapropriação		-	931	-	931
Valores a receber venda de energia		-	-	841	-
Outras operações		13	625	2	497
		107.082	97.292	48.000	95.721

- a) Refere-se a diversos precatórios contra os Municípios de São Paulo, Santo André e Manaus, a serem recebidos a partir de 2022.

A Companhia ofereceu em garantia de processo fiscal alguns precatórios municipais, que em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 totalizavam R\$68.315. Caso ocorra decisão desfavorável os valores serão pagos em moeda corrente.

- b) Refere-se à conta coletiva do plano de previdência privada, administrado pela BrasilPrev, cujo montante foi constituído com os valores não liberados pela Companhia, conforme critérios descritos na Nota 31. No contrato está definido que o valor acumulado na reserva coletiva poderá ser utilizado para ajustar ou melhorar os benefícios ou para quitar suas contribuições futuras.
- c) A linha "Depósitos chamada de margem" refere-se a valores que são depositados junto a Brokers de Metal para cobrir a exposição da Companhia assim que os limites estabelecidos são ultrapassados. A Companhia possui limite para operar junto a diversos Brokers e, em decorrência dos volumes contratados e das variações das commodities (cobre / zinco / estanho / chumbo) de acordo com o preço divulgado pela LME (*London Metal Exchange*), este limite pode ser ultrapassado; quando essa situação é verificada, ocorre a chamada de margem.

O aumento substancial ocorreu porque, com a renegociação da dívida os limites com os brokers foram reduzidos e foi preciso aumentar o valor dos depósitos de margem para poder contratar as operações, além do aumento da LME e taxa do dólar.

- d) Em 19 de julho de 2019, a Companhia pactuou a cessão do Precatório nº 20190300015878, da prefeitura de Goiás, conforme contrato de compromisso irrevogável e irreatável de Cessão de Direitos. A Companhia recebeu pela cessão o valor de R\$8.800, pelo valor de face do precatório de R\$ 30.168. De acordo com cláusula contratual, a Companhia tem direito de receber valor adicional de 30% caso os Cessionários recebam efetivamente o montante até 31 de dezembro de 2024. Os Cessionários realizaram esse valor ainda em 2019 gerando um ganho adicional para a Companhia de R\$6.628, totalizando R\$15.428, reconhecidos na linha de outras receitas operacionais. O valor foi recebido em 09 de janeiro de 2020.
- e) Refere-se a adiantamento a fornecedores diversos a serem utilizados na liquidação de notas fiscais.

09.2 Depósitos de demandas judiciais

	Controladora/Consolidado	
	2020	2019
Trabalhista	9.672	6.845
Tributário	23.341	18.868
Previdenciário	1.046	572
Cível	827	827
Outros	569	386
Ativo não circulante	35.455	27.498

Depósitos judiciais efetuados para garantia judicial em processos trabalhistas, tributários, previdenciários e cíveis, os quais permanecerão em conta à disposição do juízo. Caso haja alguma determinação pelo levantamento dos depósitos, como por exemplo, em razão da substituição da garantia, estes valores poderão ser levantados antes do término dos processos. Os depósitos judiciais relacionados aos riscos prováveis são apresentados como redutores das contingências provisionadas conforme Nota 19.1.

10. Ativos mantidos para venda

Representado por imóveis disponíveis para venda no montante de R\$112.094 em 31 de dezembro de 2020 (R\$111.987 em 31 de dezembro de 2019), avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada, os quais são inferiores aos valores esperados de realização que de acordo com laudo de avaliação elaborado em 2019 com o valor justo de R\$357.557, não tendo alteração relevante até o momento.

O cobre transforma o mundo. **A Paranapanema transforma o cobre.**

Este grupo de ativos inclui imóveis que não são mais utilizados nas operações da Companhia e imóveis oriundos de determinação judicial em função de pendências financeiras de seus clientes, e estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais.

A Companhia continua buscando a monetização dos bens com uma equipe interna que estuda as possíveis alternativas, em conjunto com a consultoria contratada em agosto de 2018, para a venda dos ativos, demonstrando que a entidade continua comprometida com o seu plano de venda do ativo indicando que é improvável que possa haver alterações significativas ou abandono do plano. A consultoria vem auxiliando a Companhia na definição do valor de comercialização, e na definição de um plano de marketing a fim de comunicar de maneira eficaz todos os públicos-alvo, utilizando material impresso, e-mail, marketing, placas, acompanhamento telefônico e sites.

Em 11 de abril de 2016, a Companhia celebrou com a Plano Madeira Empreendimentos Imob. Ltda., subsidiária da Plano & Plano Construções e Empreendimentos Ltda., Compromissos de Venda e Compra com Cláusulas Resolutivas e Outras Avenças, cujos objetos são os terrenos nos quais está instalada a antiga planta de Capuava, desativada em fevereiro de 2015, localizados nos municípios de Santo André e Mauá, com área total de, aproximadamente, 150.000 m².

Garantias:

A Companhia ofereceu imóveis não operacionais no valor contábil total de R\$106.729, em garantia de processos junto a instituições financeiras e penhoras judiciais conforme quadro abaixo:

Garantias	Imovel	Valor Contabil	Valor Justo
Hipoteca - BNB	Capuava	78.952	152.900
Ação CSLL	Guarujá	9.860	135.054
Ação CSLL	Camaçari	7.460	37.941
Acordo Global	Camaçari	2.897	13.626
Acordo Global	Diadema/Cantareira/Sta Cruz Cabralia	7.560	10.074
Total Garantia		106.729	349.595

Havendo comercialização dos imóveis, a Companhia deverá substituir os bens dados em garantia e caso ocorra decisão desfavorável nas operações, os valores serão pagos em moeda corrente.

11. Investimentos, partes relacionadas e outros

11.1 Informações resumidas e movimentação dos investimentos em 31 de dezembro de 2020

	CDPC - Centro de Distrib.Prods. Cobre Ltda.	Paranapanema Netherland B.V.	CINC - Caraíba International	Paraibuna Agropec. Ltda.	Total
Informações financeiras resumidas					
Ativo circulante	13.418	1	1.544	-	14.963
Ativo não circulante	-	-	-	598	598
Total do ativo	13.418	1	1.544	598	15.561
Passivo circulante	464	-	-	-	464
Passivo não circulante	-	261	-	-	261
Patrimônio líquido	12.954	(260)	1.544	598	14.836
Total do passivo e do patrimônio líquido	13.418	1	1.544	598	15.561
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	134.856	-	80.131	-	214.987
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(131.222)	-	(80.131)	-	(211.353)
Resultado Bruto	3.634	-	-	-	3.634
Despesas/Receitas Operacionais	(2.068)	-	871	-	(1.197)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.566	-	871	-	2.437
Resultado Financeiro	(890)	(8)	(21)	-	(919)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	676	(8)	850	-	1.518
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(11.379)	-	-	-	(11.379)
Lucro (Prejuízo) do Período	(10.703)	(8)	850	-	(9.861)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	23.657	(195)	368	598	24.428
Ativo não-circulante	23.657	-	368	598	24.623
Passivo não circulante	-	(195)	-	-	(195)
Provisão PL negativo	-	(9)	-	-	(9)
Varição cambial de investimento no exterior	-	(56)	324	-	268
Equivalência patrimonial	(10.703)	-	852	-	(9.851)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.954	(260)	1.544	598	14.836
Ativo não-circulante	12.954	-	1.544	598	15.096
Passivo não circulante	-	(260)	-	-	(260)

11.2 Saldos e transações da empresa controladora com controladas e outras partes relacionadas

a) Controladas

	2020		2019	
	CDPC - Centro de Distrib.Prods. Cobre Ltda.	Paranapanema Netherland B.V.	CDPC - Centro de Distrib.Prods. Cobre Ltda.	Paranapanema Netherland B.V.
Ativo circulante				
Contas a receber de clientes	67	-	35.578	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	260	-	-
	67	260	35.578	-
Passivo circulante				
Fornecedores	-	-	26	-
Outros passivos circulantes	11.374	-	-	-
Adiantamentos de clientes	-	-	731	-
	11.374	-	757	-
Resultado				
Vendas de mercadorias e serviços	128.618	-	1.315.132	429.719
Compras de mercadorias e serviços	(14.266)	-	(369.987)	-
	114.352	-	945.145	429.719

b) Outras partes relacionadas

	2020	2019	
	Caixa Econômica Federal	Glencore International Investments Ltd	Caixa Econômica Federal
Ativo circulante			
Contas a receber de clientes	-	3.538	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	9.268	-
	-	12.806	-
Passivo circulante			
Fornecedores	-	70.905	-
Creditos de clientes	-	394	-
Empréstimos e Financiamentos	306.048	-	49.475
	306.048	71.299	49.475
Passivo não circulante			
Empréstimos e Financiamentos	-	-	187.960
	-	-	187.960
Resultado			
Vendas de mercadorias e serviços	-	1.254.807	-
Compras de mercadorias e serviços	-	(1.766.272)	-
	-	(511.465)	-

11.3 Negócios com controladas, partes relacionadas e outros

A Diretoria Executiva ou o Conselho de Administração, no âmbito de suas respectivas alçadas em conformidade com a Política de Transações entre Partes Relacionadas e Conflito de Interesse da Companhia, autorizaram as operações, que são efetuadas a preços e condições normais de mercado, contendo valores, prazos e taxas usuais, normalmente aplicados em transações com partes não relacionadas.

a) Caixa Econômica Federal

Linhas de crédito, no montante de até R\$370.000, junto à Caixa Econômica Federal (“CEF”), acionista com participação equivalente a 16,18% do total das ações de emissão da Companhia. A contratação é condicionada aos termos e condições ofertados pela CEF, os quais devem ser iguais ou mais competitivos que outras linhas de crédito disponíveis à Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui empréstimos de adiantamentos de contratos de câmbio (ACC), com a Caixa Econômica Federal no montante de R\$306.048 (US\$58.892 mil a taxa de 5,1967), R\$237.435 em 31 de dezembro de 2019 (US\$58.906 mil a taxa de 4,0307).

b) Glencore International AG (“Glencore”)

A Companhia possuía acordos de venda da lama anódica no período de 01 de março de 2019 até 28 de fevereiro de 2021, compra de 240kt de concentrado de cobre e venda de catodo de cobre, até dezembro de 2019. Esses acordos foram encerrados e a Companhia cumpriu com as multas contratuais existentes.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía R\$71.299 a pagar a Glencore e um saldo a receber de R\$12.806.

c) CDPC – Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda.

Em 02 de janeiro de 2015, foi assinado, entre a controladora e a controlada CDPC, o Contrato de Rateio de Custos e Despesas, que prevê a realização de rateio proporcional de todos os custos, gastos, despesas, encargos e tributos, exclusivamente relacionados às áreas corporativas, chamadas de Estrutura Compartilhada. Tendo em vista que o objetivo é tão somente o repasse dos custos comuns em decorrência do uso da Estrutura Compartilhada, não há lucros ou qualquer forma de remuneração entre as partes.

A Controladora e a controlada tem contrato de prestação de serviço na gestão de recursos de caixa, gestão de recebíveis e de contas a pagar, entre outras atividades correlatas. Esse contrato não transfere a titularidade dos recursos.

11.4 Honorários da Administração e do Conselho Fiscal

A Companhia considerou como “Pessoal Chave da Administração”, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e IAS 24/CPC 05 (R1), os integrantes da sua Diretoria Estatutária, os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. A Companhia não possui acionista controlador e não há Acordo de Acionistas.

	Nota	2020			Total
		Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	
Salário ou pró-labore		2.632	1.934	403	4.969
Benefícios		524	-	-	524
Encargos sociais		526	387	81	994
Remuneração fixa		3.682	2.321	484	6.487
Benefício pós emprego		39	-	-	39
Outros		252	-	-	252
Outras Remunerações		291	-	-	291
Honorários da administração		3.973	2.321	484	6.778
Bônus (ICP)	32	1.570	-	-	1.570
Encargos sociais		314	-	-	314
Remuneração Variável	32	1.884	-	-	1.884
Valor Total da remuneração		5.857	2.321	484	8.662

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

	Nota	2019			Total
		Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	
Salário ou pró-labore		3.186	1.896	398	5480
Benefícios		744	-	-	744
Remuneração por participação em Comitês		-	399	-	399
Encargos sociais		671	459	79	1.209
Remuneração fixa		4.601	2.754	477	7.832
Benefício pós emprego		44	-	-	44
Outros		355	-	-	355
Outras Remunerações		399	-	-	399
Honorários da administração		5.000	2.754	477	8.231
Bônus (ICP)	32	1.200	-	-	1.200
Bônus (ILP)	32	5	-	-	5
Encargos sociais		241	-	-	241
Remuneração Variável	32	1.446	-	-	1.446
Valor Total da remuneração		6.446	2.754	477	9.677

Os membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração não são partes em contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, nem remuneração com base em ações.

12. Imobilizado e intangível

	Taxa média de depreciação	Controladora						
		2019	Adições	Baixas	Transferências	Provisão de perdas	Depreciação Amortização	2020
IMOBILIZADO								
Terrenos		119.685	-	-	-	-	-	119.685
Aterro Industrial	25%	13.106	-	-	-	-	(6.595)	6.511
Benfeitorias	5%	1.165	-	(442)	128	-	(340)	511
Edificações	3%	206.249	-	-	2.462	-	(11.178)	197.533
Instalações	16%	34.865	-	-	-	-	(3.319)	31.546
Máquinas e equipamentos	9%	712.402	-	(93)	82.906	-	(131.979)	663.236
Movéis e Utensílios	8%	4.120	-	(21)	57.501	-	(6.451)	55.149
Veículos	20%	162	-	-	-	-	(78)	84
Imobilizado em andamento		184.904	64.320	-	(142.996)	-	-	106.228
Peças Sobressalentes		8.984	872	-	-	(736)	-	9.120
Total Imobilizado		1.285.642	65.192	(556)	1	(736)	(159.940)	1.189.603
INTANGÍVEL								
ERP/Softwares	20%	10.063	-	(7)	(1)	-	(2.482)	7.573
Total Intangível		10.063	-	(7)	(1)	-	(2.482)	7.573

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

								Consolidado
	Taxa média de depreciação	2019	Adições	Baixas	Transferências	Provisão de perdas	Depreciação Amortização	2020
IMOBILIZADO								
Terrenos		120.283	-	-	-	-	-	120.283
Aterro Industrial	25%	13.106	-	-	-	-	(6.595)	6.511
Benfeitorias	5%	1.369	-	(597)	128	-	(389)	511
Edificações	3%	206.249	-	-	2.462	-	(11.178)	197.533
Instalações	16%	34.865	-	-	-	-	(3.319)	31.546
Máquinas e equipamentos	9%	712.422	-	(110)	82.906	-	(131.982)	663.236
Movéis e Utensílios	8%	4.131	-	(23)	57.501	-	(6.460)	55.149
Veículos	20%	162	-	-	-	-	(78)	84
Imobilizado em andamento		184.904	64.320	-	(142.996)	-	-	106.228
Peças Sobressalentes		8.984	872	-	-	(736)	-	9.120
Total Imobilizado		1.286.475	65.192	(730)	1	(736)	(160.001)	1.190.201
INTANGÍVEL								
ERP/Softwares	20%	10.063	-	(7)	(1)	-	(2.482)	7.573
Total Intangível		10.063	-	(7)	(1)	-	(2.482)	7.573

O montante no consolidado de R\$160.001 no imobilizado referente à depreciação e R\$2.482 no intangível referente à amortização, totalizando R\$162.483, refere-se a:

			Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Áreas Industriais	154.884	108.851		
Áreas comerciais	3.357	1.869		
Áreas gerais e administrativas	4.242	3.229		
Total de depreciação e amortização	162.483	113.949		

12.1. Imobilizado em andamento

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta de imobilizações em andamento no consolidado, era de R\$106.228 (R\$184.904 em 31 de dezembro de 2019), e estava substancialmente representado por dispêndios nos projetos em execução e adiantamentos a fornecedores:

Os principais projetos são destinados à parada programa de manutenção, garantia das atividades operacionais, atualização tecnológica e segurança corporativa.

12.2. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado e intangível (*impairment*)

Em atendimento às exigências do IAS 36/CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou inventário físico de seus ativos imobilizados com data base 31 de dezembro de 2018, no 3º trimestre de 2019 após conclusão do trabalho ficou evidenciado que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

12.3. Imobilizado oferecido em garantia

A Companhia ofereceu bens do seu ativo imobilizado em garantia de processos fiscais, garantia de financiamentos dos projetos de expansão e atualização tecnológica das linhas de produção e garantia de empréstimos no processo de reperfilamento das dívidas, que em 31 de dezembro de 2020 totalizavam R\$591.291 (R\$617.992 em 31 de dezembro de 2019), de valor contábil do imobilizado, e R\$1.298.872, de valor justo obtido através de laudo de avaliação elaborado em 2019, não tendo alteração relevante até o momento:

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

Garantias de Processos	Modalidade	Valor Contabil	Valor Justo
Trabalhista	Processo Trabalhista	9.657	20.767
Tributaria	Processo Tributario	610	31.303
Penhor suspensivo - CSLL	Contrato de Alienação Fiduciária	45.114	50.349
Penhor suspensivo - HSBC	Contrato de Alienação Fiduciária	64.123	101.105
Total Geral		119.504	203.524

Garantia de Empréstimos	Modalidade	Valor Contabil	Valor Justo
FNE		193.392	255.969
Sub-total (anterior a reestruturação)		193.392	255.969
Hipoteca no closing	Hipoteca de primeiro grau	107.219	150.239
Penhor (Pós-Reperfilamento) - Dias D'ávila		104.389	510.418
Penhor (Pós-Reperfilamento) - Utinga		66.210	157.866
Penhor (Pós-Reperfilamento) - Serra		577	20.856
Sub-total (Hipotecados/Penhorados reperfilamento)		278.395	839.379
Total Garantia de Empréstimos		471.787	1.095.348
Total Garantia		591.291	1.298.872

13. Fornecedores

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Nacionais					
Mercadorias		75.922	86.514	75.922	86.547
Fretes e transportes		7.948	17.080	7.948	18.025
Serviços		33.882	21.910	33.882	21.986
Energia elétrica/água e esgoto/gás		8.131	9.457	8.131	9.457
Seguros		89	1.342	89	1.342
Outros		3.955	1.439	3.955	1.439
Partes relacionadas	11.2	-	26	-	-
Ajuste a valor presente		-	(247)	-	(247)
		129.927	137.521	129.927	138.549
Exterior					
Mercadorias		335.387	356.826	335.387	357.026
		335.387	356.826	335.387	357.026
		465.314	494.347	465.314	495.575
Passivo circulante		462.394	494.270	462.394	495.498
Passivo não-circulante		2.920	77	2.920	77

14. Operações com “forfaiting” e cartas de crédito

Corresponde a contratos firmados de compra de concentrado de cobre com fornecedores que utilizam bancos para operações denominadas “forfaiting” e cartas de crédito. Nessas transações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para os bancos que, por sua vez, passam a ser credores da operação. Essa forma de operação não altera significativamente preços e demais condições estabelecidas com os fornecedores da Companhia. No entanto, a utilização das instituições financeiras permite aos fornecedores alongar prazos de pagamentos para seus clientes e, ao mesmo tempo, antecipar o recebimento de suas vendas a prazo, contribuindo para a melhoria de seus fluxos de caixa operacionais.

Considerando as características de tais transações e cientes da forma como nossos fornecedores estão financiando suas operações, os montantes referentes a estas transações estão sendo apresentados em rubrica específica ajustados a valor presente e os encargos apropriados na linha de despesa financeiras.

Os prazos e condições estão apresentados abaixo:

			Controladora/Consolidado	
			2020	2019
	Taxa de juros	Prazo	R\$	R\$
Forfaiting - Fornecedores nacional	1,5% a 1,65% a.a.	até 120 dias	228.995	85.641
			228.995	85.641

A Companhia conseguiu aumentar as linhas de crédito para operações de forfaiting em 2020 mesmo com a redução de algumas linhas de crédito em função da pandemia do Covid-19.

15. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia.

Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

O quadro abaixo demonstra a movimentação dos contratos de arrendamento no exercício:

Contrato	Vigência até	Taxa a.m.	Ativo não circulante			Passivo				
			2019	Adições / Baixas	Amortiz. direito de uso	2020	2019	Adições / Baixas	Pgts	2020
Locação de Gerador	Abr-21	0,92%	507	-	(380)	127	568	-	(426)	142
Locação Equipamento Movimentação Sucata	mai-21	0,52%	311	(108)	(149)	54	347	(127)	(163)	57
Locação de Equipos p/ movimentação Interna	out-21	0,65%	13.763	42	(7.529)	6.276	16.160	(1.297)	(8.107)	6.757
Locação de Empilhadeiras Mastro Trilho-Cd	dez-21	0,47%	-	130	-	130	-	138	-	138
Locação de Torre de Iluminação	dez-21	0,47%	-	51	-	51	-	53	-	53
Locação de Impressora Ploter - BA	jan-22	0,47%	-	39	(14)	25	-	42	(16)	26
Locação Equipamentos de Informática	ago-22	0,92%	1.486	(1)	(540)	945	1.698	-	(637)	1.061
Locação de Impressora Ploter - BA	set-22	0,52%	-	82	(21)	61	-	95	(29)	66
Loc De Rádios De Comunicação - BA	nov-22	0,47%	-	1.021	(28)	993	-	1.113	(31)	1.082
Locação Plataformas Elevatórias	dez-22	0,47%	257	(53)	68	272	288	-	(12)	276
Locação Caminhão Truck	dez-22	0,47%	-	181	-	181	-	192	-	192
Locação de Empilhadeiras-SP	mai-23	0,45%	3.293	1.259	(1.161)	3.391	4.209	1.107	(1.641)	3.675
Locação de Empilhadeiras-ES	ago-23	0,92%	93	(1)	(25)	67	119	(1)	(32)	86
Loc Galpão De Sucata 2020-2023	dez-23	0,47%	-	457	-	457	-	498	-	498
Locação de Veículos Operacionais - BA	jan-24	0,65%	-	290	(67)	223	-	338	(77)	261
Segurança Eletrônica -Capuava	out-24	0,47%	-	671	(121)	550	-	797	(155)	642
Locação de Eqto de Segurança Eletrônica - BA	out-24	0,45%	-	864	(85)	779	-	970	(122)	848
Locação Caminhão Munck	-	0,92%	39	-	(39)	-	41	-	(41)	-
Locação Aidaiame + Montagem e Desmontagem	-	0,92%	252	-	(252)	-	270	-	(270)	-
Locação de Guindastes-BA	-	0,92%	182	-	(182)	-	196	-	(196)	-
Locação Sala Comercial	-	0,92%	900	(692)	(208)	-	1.177	(905)	(272)	-
Locação Plataforma Elevatória-BA	-	0,92%	179	(179)	-	-	193	(193)	-	-
Locação de Empilhadeiras-Ba	-	0,92%	1.817	(776)	(1.041)	-	2.096	(945)	(1.151)	-
Locação de Veículos da Diretoria	-	0,92%	46	(35)	(11)	-	53	(40)	(13)	-
Locação de Empilhadeiras-RJ	-	0,92%	267	(183)	(84)	-	308	(211)	(97)	-
Locação de Empilhadeiras-SP	-	0,92%	65	-	(65)	-	73	-	(73)	-
			23.457	3.059	(11.934)	14.582	27.796	1.624	(13.561)	15.860

A taxa de juros aplicada é a taxa incremental de empréstimos, calculada sobre custo médio ponderado de capital que a Companhia teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

O quadro abaixo demonstra o vencimento das prestações:

Consolidado	
2020	
2021.....	10.581
2022.....	3.315
2023.....	1.635
2024.....	329
	15.860

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ no 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento:

Total	2020	2021	2022	2023	2024
Passivo de Arrendamento	15.128	5.279	1.964	329	-
Fluxo com projeção de inflação	15.278	5.381	2.035	347	-
Direito de Uso	12.668	4.842	1.778	293	-
Fluxo com projeção de inflação	12.793	4.936	1.842	309	-
Despesa Financeira	(936)	663	209	56	8
Fluxo com projeção de inflação	(945)	676	217	59	8
Despesa de Depreciação	(14.582)	9.740	3.064	1.485	293
Fluxo com projeção de inflação	(14.726)	9.929	3.174	1.568	309
IPCA Futuro	0,99%	1,94%	3,59%	5,60%	5,60%

O valor das isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses, contratos de arrendamento cujo objeto seja de pequeno valor ou contratados sob demanda, totalizam no exercício R\$11.724 no consolidado, classificados como aluguéis conforme Nota 23.

16. Empréstimos e financiamentos

As principais condições renegociadas no reperfilamento das dívidas em 2017, em uma base comum para todos os credores, foi prazo total de até 7 anos para pagamento das dívidas, sendo os 2 primeiros anos período de carência para o início do pagamento do principal e pagamento de juros anuais.

Os custos de transação diretamente atribuíveis ao processo de reperfilamento das dívidas em 2017, envolvendo principalmente a contratação de assessores jurídicos e financeiros, auditoria externa, gastos com elaboração de prospectos e relatórios bem como, taxas, comissões e registros, estão contabilizados em conta redutora do passivo.

Desde março de 2020, a Companhia vem tratando com seus principais credores financeiros (essencialmente os mesmos que participaram do processo de renegociação em 2017) para alinhamento do perfil da dívida com a sua futura geração de caixa. Neste contexto, a Companhia contratou a consultoria especializada Moelis & Company Assessoria Financeira Ltda. para aconselhá-la neste processo. As negociações continuam em andamento e não há nenhuma ação contra a companhia nesse momento.

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

Segue abaixo o saldo dos empréstimos líquidos dos custos de transação no final de cada exercício:

	Controladora/Consolidado			
	2020		2019	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Contratados em Moeda USD				
Financiamentos comércio exterior-ACC/ACE	976.215	-	205.168	560.244
Pré-pagamento de exportação -PPE	1.645.918	-	267.873	998.277
Cedula de credito bancario	111.967	-	17.422	65.009
	2.734.100	-	490.463	1.623.530
Contratados em Moeda BRL				
Antecipação de Cessão de Credito (a)	58.127	-	-	-
Financiamento de Projetos	-	-	348	-
Banco do Nordeste do Brasil - FNE	26.241	12.586	24.300	17.801
Capital de giro	43.654	10.292	27.177	17.889
Nota de crédito de exportação - NCE	20.576	-	30.080	-
	148.598	22.878	81.905	35.690
Custos de transação - reperfilamento	(16.375)	-	(4.359)	(16.344)
	2.866.323	22.878	568.009	1.642.876

- a) Valor referente a antecipação de cessão de crédito recebido pela Companhia de acordo com o “contrato de promessa de transmissão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças”, no qual a Companhia terá que performar no primeiro quadrimestre do ano de 2021, a entrega de recebíveis do mercado interno.

As parcelas de longo prazo têm os seguintes vencimentos:

	Controladora/Consolidado	
	2020	2019
2021.....	-	437.214
2022.....	22.878	681.646
2023.....	-	261.463
2024.....	-	262.553
	22.878	1.642.876

Resumo da movimentação dos empréstimos no exercício

	Controladora/Consolidado						
	2019	Entrada	Performada	Pgto Principal	Pgto Juros	Var Camb + Juros	2020
Financiamentos de comércio exterior -ACC-ACE	765.412	97.335	-	(129.900)	(8.511)	251.879	976.215
Pré-pagamento de exportação -PPE	1.266.150	-	-	(77.116)	(5.006)	461.890	1.645.918
Financiamento de Projetos	348	-	-	(340)	(30)	22	-
Banco do Nordeste do Brasil - FNE	42.101	-	-	(6.000)	(964)	3.690	38.827
NCE	30.080	20.500	-	(30.000)	(2.331)	2.327	20.576
Capital de Giro	45.066	20.000	-	(14.399)	(1.848)	5.127	53.946
Cédula de crédito bancário	82.431	-	-	-	-	29.536	111.967
Antecipação de Cessão de Credito	-	122.758	(70.000)	-	-	5.369	58.127
Custos de transação - reperfilamento	(20.703)	-	-	-	-	4.328	(16.375)
Empréstimos e Financiamentos	2.210.885	260.593	(70.000)	(257.755)	(18.690)	764.168	2.889.201

Abertura do endividamento por banco.

Modalidade	Banco	Pagamento	Vencimento Principal	Taxas	2020			Em US\$	
					Passivo circulante Principal	Passivo circulante Juros	Passivo não circulante Principal	Passivo circulante Principal	Passivo circulante Juros
Contratados em Moeda BRL									
Antec. Cessão Cred.	Fundo Inv. Direitos Cred	Mensal	2020	1,9% a.m.	56.791	1.336	-	-	-
NCE	Banco Safra S.A.	Anual	2020	CDI + 0,5% a.a	20.500	76	-	-	-
FNE	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Mensal	2018 a 2023	10% a.a	24.446	1.795	12.586	-	-
CCB	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Mensal	2020 a 2022	CDI + 0,6% a.m	10.188	744	5.094	-	-
GIRO	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Mensal	2020 a 2022	CDI + 0,5% a.m	31.189	1.533	5.198	-	-
Total contratados em moeda BRL					143.114	5.484	22.878	-	-
Contratados em Moeda USD									
ACC	Banco BNP Paribas Brasil S.A.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 6 + 1,75% a.a	139.688	7.324	-	26.880	1.409
ACC	Banco do Brasil S.A.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 6 + 1,75% a.a	139.688	7.324	-	26.880	1.409
ACC	Caixa Economica Federal	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 6 + 1,75% a.a	290.800	15.248	-	55.958	2.934
ACC	China Construction Bank	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 6 + 1,75% a.a	45.912	2.407	-	8.835	463
ACC	Ing Bank N.V.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 6 + 1,75% a.a	99.776	5.232	-	19.200	1.006
ACC	Scotiabank	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 6 + 1,75% a.a	150.912	7.912	-	29.040	1.523
ACC	Banco Banrisul	Anual	2020	4,80% a 5,30% a.a	48.662	1.249	-	9.364	240
ACE	Banco Daycoval S.A.	Anual	2020	6,00% a.a	14.046	35	-	2.703	7
PPE	Banco Sumitomo Mitsui BR. S.A.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 3,25% a.a	183.600	13.852	-	35.330	2.665
PPE	Scotiabank	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 3,25% a.a	18.603	1.404	-	3.580	271
PPE	Ing Bank N.V.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 3,25% a.a	45.190	3.410	-	8.696	656
PPE	China Construction Bank	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 3,25% a.a	59.558	4.494	-	11.460	865
PPE	Cargill Incorporated	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 3,25% a.a	719.593	54.290	-	138.471	10.447
PPE	Banco Bradesco S.A.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 3,25% a.a	298.101	22.490	-	57.363	4.328
PPE	Banco do Brasil S.A.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 3,25% a.a	63.997	3.447	-	12.315	664
PPE	Zion Capital S/A	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 3,25% a.a	143.093	10.796	-	27.535	2.077
CCB	Wilbury NPL Fundo de Invest.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 6 + 3,15% a.a	104.769	7.198	-	20.160	1.385
Total contratados em moeda USD					2.565.988	168.112	-	493.770	32.349
Custos de transação - reperfilamento					(16.375)	-	-	-	-
Total					2.692.727	173.596	22.878	493.770	32.349

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo total das dívidas em renegociação encontra-se integralmente classificado no passivo circulante, em função do não cumprimento de cláusula contratual referente ao prazo de pagamento. O montante reclassificado para o passivo circulante totalizou R\$1.520.886.

Garantias:

Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos e financiamentos estão garantidos por bens do ativo imobilizado no valor de residual de R\$471.787 (R\$500.161 em 31 de dezembro de 2019), conforme Nota 12.3.

Covenants:

Em relação aos *covenants* financeiros, conforme Acordo Global de reperfilamento das dívidas, a Companhia está obrigada ao cumprimento dos seguintes índices:

a) Dívida Líquida / EBITDA:

- igual ou inferior a -50,9 x em 31 de dezembro de 2017;
- igual ou inferior a 63,1x em 30 de junho de 2018;
- igual ou inferior a 16,6x em 31 de dezembro de 2018;
- igual ou inferior a 14,6x em 30 de junho 2019;
- igual ou inferior a 10,4x em 31 de dezembro de 2019;
- igual ou inferior a 9,0x em 30 de junho 2020;
- igual ou inferior a 7,0x em 31 de dezembro de 2020;
- igual ou inferior a 6,5x em 30 de junho de 2021;
- igual ou inferior a 5,8x em 31 de dezembro de 2021;
- igual ou inferior a 5,8x em 30 de junho de 2022;

- igual ou inferior a 5,2x em 31 de dezembro de 2022;
- igual ou inferior a 5,0x em 30 de junho de 2023;
- igual ou inferior a 4,3x em 31 de dezembro de 2023;
- igual ou inferior a 4,6x em 30 de junho de 2024; e
- igual ou inferior a 3,9x em 31 de dezembro de 2024.

b) Liquidez Corrente

A Companhia deve apresentar também o índice de liquidez corrente consubstanciado no quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante igual ou superior a 1,0x (uma vez), conforme medido em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, com base nas demonstrações financeiras divulgadas pela Companhia após a primeira publicação das Demonstrações Financeiras revisadas após a celebração deste Acordo.

c) Limite mínimo de estoque e recebíveis

A partir do trimestre findo em 30 de setembro de 2017 (inclusive), entregar aos credores correspondência demonstrando o cálculo detalhado do limite mínimo de estoques e recebíveis para tal período fiscal correspondente com base nas informações financeiras divulgadas trimestralmente pela Companhia, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (i.e., Informações Financeiras Trimestrais – ITRs para os trimestres encerrados em março, junho e setembro, e Informações Financeiras Anuais para o exercício encerrado em dezembro).

A Companhia não atingiu os índices de Dívida Líquida / EBITDA e Liquidez Corrente para os covenants financeiros e em conexão com o processo de renegociação mencionado na nota 1, reclassificou tais valores para o passivo circulante. Não existe outras dívidas para serem reclassificadas, não existe outras penalidades.

17. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Provisões de férias	24.174	27.091	24.174	27.134
Participação nos lucros e resultados	9.884	14.541	9.910	14.592
Previdência social	6.134	6.972	6.133	6.982
Fundo de garantia por tempo de serviço	1.190	1.657	1.190	1.661
Previdência privada	379	440	379	440
Outros	112	72	112	72
Passivo circulante	41.873	50.773	41.898	50.881

18. Impostos e contribuições a recolher

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Contrib. para financ. da seguridade social - COFINS		4.853	778	4.853	869
Imposto circulação de mercadorias e serviços-ICMS		4.211	5.095	4.211	5.111
Programa de integração social - PIS		1.051	113	1.051	131
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		384	185	384	185
Imposto sobre produtos industrializados - IPI		5.077	1.778	5.077	1.778
Imposto de renda retido na fonte - IRRF		2.183	3.166	2.183	3.169
Imposto de renda e contribuição social do exercício	26.2	-	-	36	7
PIS, COFINS, IR e CS retidos sobre serviços		447	522	448	522
Imposto sobre serviços - ISS		481	654	481	655
Outros		2	28	2	28
Passivo circulante		18.689	12.319	18.726	12.455

O sistema tributário brasileiro é de auto lançamento, portanto, as declarações de renda arquivadas permanecem abertas para revisão pelas autoridades fiscais por um período de cinco anos, contados da data de arquivamento.

19. Provisão para demandas judiciais

19.1. Riscos provisionados

Com base na análise individual dos processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, movidos contra a Companhia e suas controladas, foram constituídas provisões no passivo, para riscos com perdas consideradas prováveis na avaliação de nossos assessores jurídicos, em valor julgado suficiente.

Segue saldos da provisão das contingências, com a demonstração do saldo líquido dos depósitos judiciais pela causa relacionada. Os depósitos judiciais são para garantias e serão levantados pelas partes contrárias no encerramento do processo, em caso de decisão desfavorável, definitiva.

	2020			Controladora/Consolidado 2019		
	Total de Contingencia	Depositos Judiciais	Provisões	Total de Contingencias	Depositos Judiciais	Provisões
Trabalhistas	175.993	(7.230)	168.763	182.572	(8.076)	174.496
Tributárias	3.625	(1.671)	1.954	1.453	-	1.453
Previdenciário	9.672	(316)	9.356	8.238	(307)	7.931
Cíveis	9.753	-	9.753	17.978	(9.948)	8.030
	199.043	(9.217)	189.826	210.241	(18.331)	191.910

A movimentação das provisões está demonstrada conforme a seguir:

	Controladora/Consolidado				
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Previdenciário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	164.419	2.204	6.744	792	174.159
Provisão / Reversão	30.738	(1.795)	11.588	7.479	48.010
Atualização Monetária	11.241	1.088	2.268	-	14.597
Depositos Judiciais	(8.076)	-	(9.948)	(307)	(18.331)
Baixas	(23.826)	(44)	(2.622)	(33)	(26.525)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	174.496	1.453	8.030	7.931	191.910
Provisão / Reversão	5.530	1.831	(259)	1.166	8.268
Atualização Monetária	11.617	341	2.196	359	14.513
Depositos Judiciais	853	(1.671)	10.619	(9)	9.792
Baixas	(23.733)	-	(10.833)	(91)	(34.657)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	168.763	1.954	9.753	9.356	189.826

As contingências trabalhistas tratam de processos em trâmite na Justiça do Trabalho que, individualmente, não são relevantes para os negócios da Companhia.

A provisão para ações cíveis consiste, principalmente, em ações indenizatórias e relacionadas a discussões sobre divergências contratuais.

19.2. Riscos avaliados como possíveis

Além dos processos acima mencionados, existem outros em andamento para os quais, com base na opinião dos assessores jurídicos e em consonância com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, não foram registradas provisões.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Trabalhistas	47.945	36.213	47.945	36.213
Tributárias	889.578	792.134	894.023	795.522
Previdenciárias	32.822	33.709	32.822	33.709
Cíveis	494.973	435.602	494.973	435.602
	1.465.318	1.297.658	1.469.763	1.301.046

Os processos de maior relevância, cujo risco é avaliado como possível, são de natureza tributárias e estão comentados nos itens “a” e “b”:

a) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

Por decisão judicial transitada em julgado, em 1994, a Companhia Caraíba Metais S.A., incorporada pela Paranapanema S.A. em 13 de novembro de 2009, obteve o direito de não recolher a Contribuição Social sobre o Lucro instituída pela Lei nº 7.689/88.

Com a decisão favorável à Caraíba Metais S.A., Companhia incorporada pela Paranapanema, foi questionada pela Fazenda Nacional, por meio de ação rescisória proposta em 1994, cujo objeto é o consequente restabelecimento da sujeição da Companhia (sucessora da Caraíba Metais S. A.) ao recolhimento da contribuição. A referida ação rescisória foi julgada procedente à União com o acolhimento do pedido e transitou em julgado em 29 de março de 2010.

A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a decisão que desconstituiu o direito em não recolher a CSLL não pode retroagir seus efeitos desde o ano do surgimento da Lei, motivo pelo qual a Companhia incorporada não registra provisão para esta contribuição desde o ano-calendário de 1994. Nos períodos anteriores a esta data, a Companhia não apurou base de cálculo positiva de CSLL.

Sobre o assunto, a Secretaria da Receita Federal do Brasil lavrou cinco autos de infração relativos a fatos gerados entre 1994 e 2008, sendo que um destes autos foi segregado, mantendo parte da discussão na esfera administrativa e a outra encaminhada à esfera judicial. Atualmente, quatro destas autuações são alvos em Execuções Fiscais, devidamente garantidas, por meio de apólice judicial e outros bens, os quais foram aceitos pelo juiz competente.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estima os valores envolvidos, não provisionados, em R\$359.387, sendo R\$321.151 avaliados como risco possível e R\$38.236 como risco remoto (R\$355.620 em 31 de dezembro de 2019, sendo R\$317.881 avaliados como risco possível e R\$37.739 como risco remoto), de acordo com a opinião de seus assessores jurídicos.

b) Multa isolada IPI e IRPJ

A Secretaria da Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração para cobrança de multa isolada por suposta compensação indevida de débitos de IPI e IRPJ no período de 2004 a 2006, efetuada

pela incorporada Caraíba Metais S.A., por ter sido realizada antes do trânsito em julgado da ação judicial que discutia os créditos utilizados na compensação.

Em 24 de agosto de 2010, a incorporada Caraíba Metais S.A. obteve êxito parcial no julgamento do Recurso Voluntário apresentado, tendo sido reconhecido, por unanimidade, a inexistência de fundamento legal para imposição de multa isolada lançada até a edição da Lei nº 11.196/2005.

A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a cobrança é indevida conforme decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.164.452/MG, a qual foi submetido à sistemática de recursos repetitivos, no sentido de que a exigência do trânsito em julgado da decisão judicial é requisito que somente pode ser exigido para ações ajuizadas após a entrada em vigor da Lei Complementar nº 104/2001, que ocorreu em 11 de janeiro de 2001, ao passo que a ação judicial que fundamentou o crédito utilizado para compensação foi distribuída em 17 de agosto de 1998.

Atualmente, o processo permanece em discussão na 1ª instância da esfera judicial, tendo a cobrança sido impugnada pela Companhia por meio dos Embargos à Execução Fiscal.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estima um valor atualizado de R\$112.661 (R\$111.045 em 31 de dezembro de 2019), que por ser estimado pelos assessores jurídicos como possível não é provisionado.

c) BTG Pactual S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A.

Por conta de controvérsias envolvendo a Companhia com o BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander", e em conjunto com BTG Pactual, "Bancos"), que discutiam determinadas obrigações advindas de um Contrato de Abertura de Crédito firmado entre as partes, dentre elas, cobranças advindas de Contratos de Swap também firmados entre as partes, o Santander, em abril de 2010, iniciou procedimento arbitral perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM-CCBC" e "1ª Arbitragem", respectivamente), cuja sentença, favorável ao Santander, havia determinado o pagamento de R\$292.000, corrigidos, a partir das datas definidas na sentença, pelo IGPM + 1% ao mês. Referida sentença foi objeto de ação anulatória proposta pela Paranapanema na Justiça comum, a qual foi julgada procedente em primeira e segunda instâncias (TJSP), determinando a anulação da decisão proferida pelo Tribunal Arbitral. Após recursos especiais pela Paranapanema e pelo BTG Pactual, o Superior Tribunal de Justiça (o "STJ"), em 18 de setembro de 2018, manteve o acórdão do TJSP tal qual como proferido, ratificando a anulação da 1ª Arbitragem. A decisão do STJ transitou em julgado em novembro de 2018.

No início de 2015, após o acórdão do TJSP mencionado acima, o Santander requereu a instauração de novo procedimento arbitral perante o CAM-CCBC. A nova arbitragem foi instituída, passando a tramitar sob o nº 02/2015/SEC1 (a "2ª Arbitragem"). Deste procedimento arbitral são partes Santander e BTG Pactual como requerentes, e a Companhia como requerida. Este novo procedimento buscava discutir a mesma matéria da 1ª Arbitragem. Em 10 de agosto de 2018, a Paranapanema foi intimada da sentença arbitral parcial proferida nesta 2ª Arbitragem e que decidiu pela nulidade de algumas obrigações previstas no Contrato de Abertura de Crédito, com repercussão sobre os Contratos de Swap. Por outro lado, a sentença arbitral parcial reconheceu, a existência de créditos contrapostos entre as partes e, por isso, determinou a realização no mesmo procedimento arbitral, de uma fase de ajuste pecuniário para apurar os valores devidos de parte a parte. Após a apresentação de cálculos e considerações pelas partes, em 09 de novembro de 2020 as Partes foram intimadas dos termos da sentença arbitral final, que delimitou determinados critérios adicionais para apuração do ajuste pecuniário, sendo que atualmente as Partes ainda discutem em sede de pedidos de esclarecimentos referidos critérios e cálculos, em especial o valor a ser desembolsado pelo Santander à Companhia.

Apoiada no Pronunciamento Técnico CPC 25, a administração da Paranapanema entende que as circunstâncias, riscos e incertezas do caso devem ser levadas em consideração para se alcançar a melhor estimativa de eventual contingenciamento, ativo ou passivo. Os contingenciamentos devem ser reavaliados em cada data de balanço e ajustados para refletir a melhor estimativa corrente. Assim, tendo em vista o quanto decidido pelo tribunal arbitral na 2ª Arbitragem até o momento, bem como considerando que determinados critérios e cálculos ainda são objeto de discussão pelas partes, restando pendente definição pelos árbitros, a administração da Paranapanema, apoiada em discussões, relatórios e análises de seus consultores externos, entende que não é praticável estimar assertivamente o desfecho e nem o efeito financeiro envolvendo a presente questão, embora já seja possível afirmar que se trata de uma contingência ativa (itens 84 e seguintes do CPC 25).

Em março de 2019, o BTG Pactual ajuizou Ação Anulatória em relação à 2ª Arbitragem, com pedido liminar para a suspensão da eficácia da sentença arbitral parcial proferida. A ação corre em segredo de justiça perante a 1ª Vara Empresarial e Conflitos de Arbitragem do Foro Central de São Paulo/SP. O pedido liminar foi indeferido, mantendo-se inalterado o curso da 2ª Arbitragem até o momento, sendo que em agosto de 2020, a ação foi julgada improcedente. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pela BTG Pactual.

20. Outros passivos circulantes

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Dividendos a pagar	(a)	152	172	152	172
Provisão despesas meio-ambiente	(b)	5.359	5.787	5.359	5.787
Créditos de clientes	(c)	109	1.001	136	345
Passivos relacionados a contratos de clientes	(d)	59.184	10.980	59.299	11.097
Serviços e honorários advocatícios		7.643	8.191	7.643	8.191
Partes relacionadas		11.374	-	-	-
Provisões diversas	(e)	10.041	45.977	10.084	46.151
Comissões sobre vendas		10.985	8.615	11.136	8.739
Outros		1.558	1.348	1.558	1.348
Passivo circulante		106.405	82.071	95.367	81.830
Dividendos a pagar		152	172	152	172
Passivos relacionados a contratos de clientes		59.184	10.980	59.299	11.097
Outros passivos circulantes		47.069	70.919	35.916	70.561
		106.405	82.071	95.367	81.830

- a) Saldo a pagar de dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício de 2015, ajustado pela constituição da reserva legal, contemplando a atualização monetária do montante com base no IGP-M, conforme Nota 21k.
- b) Refere-se aos gastos previstos para cumprimento das obrigações assumidas no TAC-Termo de Ajuste de Conduta, assinado em 04 de dezembro de 2015, entre o Ministério Público da Bahia, Paranapanema e outros, cujo objeto é a adoção de medidas mitigadoras, reparatórias e compensatórias dos impactos ambientais na área de influência de Ilha de Maré.
- c) Crédito de clientes refere-se a ajustes entre os parâmetros de preços, volumes e/ou teores metálicos cobrados no faturamento e os parâmetros finais da transação.
- d) Valor referente a adiantamentos efetuados por clientes (maioria provenientes de exportação) onde o preço de venda final é posteriormente ajustado pelo volume, teor metálico ou qualidade verificada pelo cliente.
- e) Refere-se a provisão de despesas diversas ocorridos no exercício, aguardando documentação legal para liquidar a obrigação.

A grande redução do valor se deve ao fato que no final de 2019 a Companhia estava finalizando a parada programada de manutenção e diversos serviços foram pagos no início de 2020.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é de R\$2.069.566.247,56 (Dois bilhões, sessenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos) dividido em 43.403.849 (quarenta e três milhões, quatrocentos e três mil, oitocentas e quarenta e nove) ações escriturais. Segue abaixo a composição acionária do capital da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

	%	2020
Mineração Buritirama S.A.	18,54	8.047.933
Caixa Econômica Federal	16,18	7.022.106
Cargill Financial Services Internat, Inc	8,75	3.798.867
EWZ Investments LLC - Socopa Soc Corretora Paulista S.A.	6,04	2.622.600
Silvio Tini de Araujo	5,93	2.573.399
Glencore International Investments Ltd	5,73	2.488.687
Ações em Tesouraria	0,00	1.441
Mercado	38,82	16.848.816
Quantidade de Ações		43.403.849

b) Debêntures conversíveis em ações

O Conselho de Administração aprovou, em 29 de agosto de 2017, o lançamento da oferta pública de debêntures, mandatoriamente conversíveis em ações da Companhia. O lançamento da oferta pública com esforços restritos de colocação de debêntures, mandatoriamente conversíveis em ações da Companhia, em duas séries, da espécie quirografária, sem garantia adicional, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, pelo Banco Modal S.A. Agente Fiduciário Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Agente Escrirador Banco Bradesco S.A. Valor unitário R\$1,00.

Foram emitidas 334.216.991 debêntures da 1ª Série e 25.786.827 debêntures da 2ª Série. As debêntures da 1ª Série venceram em 01 de setembro de 2019 e as debêntures da 2ª série tem vencimento em 01 de setembro de 2021. A subscrição foi no montante de R\$360.004 de debêntures conversíveis em 207.694.550 de ações. Em 22 de setembro de 2017, os investidores converteram as dívidas em debêntures.

As debêntures da 1ª Série foram integralmente convertidas em ações, conforme prazo de vencimento, sendo R\$249.402 em 2017, R\$5.956 em 2018 e R\$78.858 em 2019. As debêntures da 2ª Série poderão ser convertidas em ações a qualquer momento, sendo que, ao final de seu prazo de vencimento a conversão ocorrerá de forma automática e obrigatória.

Em 31 de dezembro de 2020 o total de debêntures convertidas em ações totalizaram R\$334.217, e o saldo a ser convertido é R\$25.787.

c) Capital social autorizado

A Administração da Companhia está autorizada a aumentar o capital social da Paranapanema independentemente de decisão de assembleia, mediante deliberação do Conselho de Administração, no limite de até R\$3.500.000 (três bilhões e quinhentos milhões de reais), cabendo também ao Conselho de Administração a fixação das condições de emissão e colocação dos títulos emitidos, entre as hipóteses permitidas por lei.

d) Direitos das ações

Aos titulares de ações serão atribuídos, em cada exercício, dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, calculados nos termos da legislação societária brasileira, devendo ser pagos no prazo máximo de 60 dias da data em que forem declarados pela Assembleia Geral. Detém o direito de voto todas as ações ordinárias que compõem a titularidade do capital social, o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado.

Conforme Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os detentores de ações ordinárias da Companhia têm direito a vender suas ações pelo mesmo preço que as ações do bloco de controle tenham sido negociadas (*tag along* de 100%);

e) Reserva legal

A Lei das Sociedades por Ações exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva a 20% do valor do capital social.

f) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha 1.441 ações em tesouraria. O valor de mercado da totalidade das ações em tesouraria calculado com base na última cotação em bolsa em 31 de dezembro de 2020, é de R\$14 (R\$42 em 31 de dezembro de 2019).

g) Reserva de incentivos fiscais

A Paranapanema é beneficiária até 2027, nos termos do Regulamento dos Incentivos Fiscais da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, conforme instituído pela Portaria Ministro de Estado da Integração Nacional – MIN N° 283 de 04/07/2013 (“Regulamento”), da redução fixa de 75% do imposto sobre a renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração. O Lucro da exploração é calculado com base no lucro líquido apurado no período, excluindo dos benefícios fiscais (i) os resultados financeiros e (ii) os ganhos de capital.

De acordo com o artigo 11 do Regulamento, “o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude dos benefícios fiscais de que trata este Regulamento não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de incentivos fiscais, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social”. Assim, se constitui uma obrigação da Companhia destinar à Reserva de Incentivo Fiscal o valor resultante do benefício fiscal (valor do imposto que deixar de ser pago), o qual, por definição, não transita pelo resultado, por não se referir à entrega de bens ou serviços pela Companhia.

h) Ajustes de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui:

- Parcela efetiva da variação líquida cumulativa do valor justo dos instrumentos, usados como *hedge* de fluxo de caixa na pendência do reconhecimento futuro no resultado, junto com o efeito do item *hedgeado* quando ambos forem liquidados (conforme Nota 28).
- Ajustes acumulados de conversão, que incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das Demonstrações Financeiras das empresas Controladas com operações no exterior.
- O saldo da conta Reserva do Custo Atribuído refere-se a valores constituídos antes da vigência da Lei nº 11.638/07, e será mantido até sua efetiva realização. A realização da reserva é refletida na conta de lucros ou prejuízos acumulados. O mesmo tratamento é dado com referência à reversão dos impostos e contribuições diferidos, que foram registrados por ocasião da contabilização do custo atribuído.

Movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial

	Receita exportação ACC/PPE	NDF receita de vendas	Custo Metal x Futuro Bolsa	Outras Dividas	Reserva de reavaliação	Var. camb. Invest. exterior	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(430.977)	(116.002)	3.238	(424.584)	206.438	397	(761.490)
Movimentação	(133)	46.796	(2.873)	-	(8.173)	183	35.800
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(431.110)	(69.206)	365	(424.584)	198.265	580	(725.690)
Movimentação	-	41.265	81	-	(8.029)	272	33.589
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(431.110)	(27.941)	446	(424.584)	190.236	852	(692.101)

i) Valor de mercado das ações da Companhia.

O valor de mercado das ações da Companhia, de acordo com a última cotação média das ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, correspondia em 31 de dezembro de 2020 a R\$435.341 (R\$1.234.840 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2020, um patrimônio líquido negativo de R\$198.590 (R\$621.396 positivo em 31 de dezembro de 2019), sendo o valor patrimonial das ações de R\$-4,58 (R\$14,32 em 31 de dezembro de 2019).

j) Lucro (Prejuízo) por ação

O cálculo básico do lucro (prejuízo) por ação é feito por meio da divisão do (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do (prejuízo), atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em ações ordinárias.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações ordinárias, utilizados no cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação:

	2020	2019
Prejuízo básico por ação - ordinária		
Prejuízo do exercício	(861.604)	(25.075)
Média ponderada da quantidade de ações para o prejuízo básico por ação (*)	40.703.950	40.703.950
Prejuízo básico por ação - ordinária	(21,16758)	(0,61603)
Prejuízo diluído por ação - ordinária		
Prejuízo do exercício	(861.604)	(25.075)
Média ponderada da quantidade de ações para o prejuízo diluído por ação (*)	40.703.950	40.703.950
Debentures conversível	875.120	875.120
Média ponderada de ações ordinárias para o prejuízo diluído por ação	41.579.070	41.579.070
Prejuízo diluído por ação - ordinária	(20,72206)	(0,60307)

(*) A média ponderada da quantidade de ações considera o efeito da média ponderada das mudanças nas ações, exceto em tesouraria, durante o exercício.

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas Demonstrações Financeiras.

k) Destinação do Lucro

O estatuto social prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária.

l) Pagamento dos Dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) de Acionistas da Companhia realizada em 28 de abril de 2017, aprovou, por unanimidade, a renovação da postergação do pagamento dos dividendos declarados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2016 (“AGO 2016”). O pagamento dos referidos dividendos foi efetuado em 30 de dezembro de 2019, contemplando a atualização monetária com base no IGP-M a partir de 24 de junho de 2016 até a efetiva quitação.

22. Receita líquida de vendas

a) Abertura da receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita bruta de vendas	4.731.387	6.268.586	4.803.088	5.869.125
Mercado interno	2.427.810	3.125.574	2.419.380	2.726.104
Mercado externo	2.303.577	3.143.012	2.383.708	3.143.021
Impostos e Deduções de Vendas	(510.016)	(728.546)	(509.614)	(641.484)
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	(38.883)	(23.981)	(38.883)	(23.981)
Imposto circulação de mercad. e serviços-ICMS	(249.835)	(340.437)	(249.335)	(294.775)
Incentivo Fiscal ICMS - Desenvolve (I)	74.994	78.903	74.994	78.903
Programa de integração social - PIS	(32.629)	(42.077)	(32.537)	(35.895)
Contrib. financ. da seguridade social - COFINS	(150.291)	(193.779)	(149.868)	(165.305)
Demais deduções sobre vendas	(113.372)	(207.175)	(113.985)	(200.431)
Receita líquida de vendas	4.221.371	5.540.040	4.293.474	5.227.641
Receita Líquida MI	1.984.905	2.528.836	1.976.877	2.212.062
Receita Líquida ME	2.236.466	3.011.204	2.316.597	3.015.579
	4.221.371	5.540.040	4.293.474	5.227.641

A redução da receita líquida de vendas é primariamente decorrente da queda da atividade econômica vinda do impacto do COVID-19 que afetou tanto os mercados interno como externo.

- (I). A unidade industrial sede social localizada em Dias d’Ávila, no estado da Bahia, goza de incentivo fiscal de ICMS, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – Desenvolve. Em agosto de 2016, pelo Decreto nº 16.970 foi regulamentada a Lei n 13.564, estabelecendo que a fruição de benefícios e incentivos fiscais ou financeiros que resultem em redução do valor do ICMS a ser pago fica condicionado ao pagamento, pelo respectivo beneficiário, do valor correspondente a 10% do benefício ou incentivo, destinado ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza.

b) Informações geográficas – receita bruta de clientes no Exterior

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
América	1.078.129	880.761	1.078.129	880.761
Europa	916.100	1.993.051	996.231	1.993.060
Ásia	309.348	268.090	309.348	268.090
África	-	1.110	-	1.110
	<u>2.303.577</u>	<u>3.143.012</u>	<u>2.383.708</u>	<u>3.143.021</u>

As exportações realizadas para Europa e Ásia estão basicamente representadas pelas vendas às empresas na modalidade *trading companies*, onde o principal destino foi a China.

23. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custo do Metal	(3.652.213)	(4.888.499)	(3.721.675)	(4.567.453)
Pessoal e Benefícios (b)	(214.054)	(259.327)	(215.071)	(261.039)
Depreciação	(154.836)	(152.204)	(154.899)	(152.326)
Amortização direito de uso de ativo	(11.849)	(13.696)	(11.933)	(13.865)
Energia Eletr/Água/Gas/Comb. e Lubrif	(134.488)	(178.643)	(134.491)	(178.690)
Serviços de terceiros	(77.868)	(93.426)	(78.157)	(95.214)
Manutenção	(56.133)	(81.648)	(56.145)	(81.659)
Estoque de Insumos utilizados	(37.177)	(55.669)	(36.146)	(48.739)
Aluguéis	(11.297)	(12.192)	(11.724)	(12.959)
Assuntos instit. e legais	(18.626)	(16.308)	(18.666)	(16.360)
Informática/Telecomunicação	(9.640)	(12.502)	(9.659)	(12.531)
Outras despesas	(16.825)	(11.925)	(16.841)	(11.965)
Despesas de viagem	(646)	(3.129)	(649)	(3.134)
Vendas e marketing	(2.631)	(123)	(2.661)	(141)
Ociosidade (a)	207.370	175.445	207.370	175.445
	<u>(4.190.913)</u>	<u>(5.603.846)</u>	<u>(4.261.347)</u>	<u>(5.280.630)</u>
Custo dos produtos vendidos	(4.096.519)	(5.491.320)	(4.164.987)	(5.164.429)
Despesas comerciais	(21.655)	(27.536)	(22.626)	(29.620)
Despesas gerais e administrativas	(72.739)	(84.990)	(73.734)	(86.581)
	<u>(4.190.913)</u>	<u>(5.603.846)</u>	<u>(4.261.347)</u>	<u>(5.280.630)</u>

- a) A ociosidade decorre principalmente pelo menor volume de produção em função da retração do mercado diante do cenário da COVID-19 e das paradas extraordinárias de manutenção nas unidades.
- b) Os valores referentes a pessoal e benefícios englobam salários, férias, 13º salários, previdência social e privada, assistência médica e odontológica, refeições e transportes

24. Outras receitas (despesas)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Recuperações de impostos		-	3.051	-	3.051
Exclusão ICMS base calculo PIS/COFINS	08.a	-	396.292	-	396.292
Receita de venda de energia	a)	12.403	12.318	12.403	12.318
Reversão de outras perdas estimadas		-	2.004	-	2.004
Recuperações diversas		673	774	1.545	821
Vendas diversas		1.873	2.082	1.873	2.082
Reversão provisão penalidade contratos onerosos		-	4.020	-	4.020
Venda de direitos creditórios -Precatório -TLI	b)	22.815	-	22.815	-
Recebimento de Precatório -Outros		517	15.428	517	15.428
Locação de imóveis e equiptos.		311	300	311	300
Lucros e Dividendos		34	31	34	31
Vendas de ativo imobilizado		109	-	160	-
Processo Pref Manaus		-	19.957	-	19.957
Outras receitas		2.405	4.810	2.405	4.811
Total de outras receitas		41.140	461.067	42.063	461.115
Ociosidade	23	(207.370)	(175.445)	(207.370)	(175.445)
Provisão para demandas judiciais	19	(8.268)	(48.009)	(8.268)	(48.009)
Indenizações trabalhistas		(4.891)	(19.476)	(4.857)	(19.618)
PIS e COFINS sobre outras receitas		(6.084)	(6.125)	(6.089)	(6.125)
PL negativo de controlada		(9)	(186)	-	-
Provisão de Honorários de Êxito		(3.835)	(10.867)	(3.835)	(10.867)
Custo ativo imobilizado baixado		(563)	110	(737)	110
Multas por auto de infração		(6.853)	(1.806)	(6.857)	(1.831)
Multas por atrasos parcela dívida		(9.246)	(305)	(9.246)	(305)
Custo das vendas diversas		(13.091)	-	(13.091)	-
Baixa de créditos de impostos - Reintegra		(16.963)	-	(16.963)	-
Outras perdas estimadas		(1.137)	(4.068)	(1.137)	(4.068)
Multa Contratual	c)	(7.968)	-	(7.968)	-
Contribuições e doações		(95)	-	(95)	-
Outras despesas		(3.740)	(3.442)	(3.762)	(3.444)
Total de outras despesas		(290.113)	(269.619)	(290.275)	(269.602)
Total de outras, líquidas		(248.973)	191.448	(248.212)	191.513

- a) Receita de venda de energia elétrica excedente, não utilizada na produção.
- b) Em 10 de setembro de 2020, a Companhia pactuou a cessão do Precatório nº 0137091-23.2020.4.01.9198 da União Federal, referente a taxa de licença de importação (TLI), conforme contrato de compromisso irrevogável e irretroatável de Cessão de Direitos.

Esses direitos ainda não haviam sido registrados no balanço da Companhia por apresentarem anteriormente características de ativo contingente, e portanto, o reflexo com a transação de realização do mesmo foi integralmente apresentado no grupo de outras receitas.

- c) Multa e penalização contratual referente a negociações com a Glencore Internat.Invest. Ltd.

25. Receitas (despesas) financeiras

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Varição cambial passiva	a)	(852.301)	(402.092)	(852.301)	(402.092)
Instrumentos financeiros derivativos		(22.406)	(28.353)	(22.407)	(28.353)
Despesa de juros		(182.203)	(151.722)	(183.802)	(167.003)
Ajuste a valor presente		(26.146)	(41.888)	(26.557)	(56.624)
Despesas bancárias / IOF		(6.764)	(2.640)	(6.820)	(2.731)
Varição monetária passiva	b)	(15.821)	(16.738)	(15.821)	(16.738)
Outras despesas financeiras		(9.361)	(30.652)	(9.459)	(33.204)
Total das despesas financeiras		(1.115.002)	(674.085)	(1.117.167)	(706.745)
Varição cambial ativa	a)	437.796	361.997	437.796	361.997
Instrumentos financeiros derivativos		16.334	13.420	16.334	13.420
Ajuste a valor presente		1.456	29.113	1.553	41.972
Receita de juros		14.196	10.662	14.344	11.604
Exclusão ICMS base calculo PIS/COFINS	08.a	-	310.619	-	310.619
Varição monetária ativa	b)	21.469	13.928	21.469	13.928
Outras receitas financeiras		1.616	5.573	2.614	17.345
Total das receitas financeiras		492.867	745.312	494.110	770.885
Total resultado financeiro		(622.135)	71.227	(623.057)	64.140

- a) **Varição Cambial:** Refere-se à atualização dos ativos e passivos expostos em moeda estrangeira, principalmente em US\$, cuja apreciação frente ao Real durante o período gerou variação cambial considerável, tanto na ponta ativa quanto na passiva. O quadro abaixo demonstra o resultado líquido da variação cambial da Companhia:

	Controladora / Consolidado	
	2020	2019
Varição cambial passiva	(852.301)	(402.092)
Varição cambial ativa	437.796	361.997
Efeito líquido da variação cambial	(414.505)	(40.095)

- b) Refere-se a atualização monetária de fornecedores contratados no mercado interno, indexada pela variação do US\$.

26. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

26.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A controladora possui decisão judicial para o não recolhimento da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), incidindo sobre o lucro somente a alíquota de 25% do imposto de renda.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

Nota	2020			2019		
	Controladora	Controlada CDPC	Consolidado	Controladora	Controlada CDPC	Consolidado
Aliquota	25%	34%		25%	34%	
Créditos sobre prejuízos fiscais	1.593.300	31.507	1.624.807	1.278.711	31.571	1.310.282
IR s/ Prejuízo Fiscal	398.325	10.712	409.037	319.678	10.734	330.412
Provisão de Baixa de créditos sobre prejuízos fiscais	(398.325)	(10.712)	(409.037)	(206.834)	-	(206.834)
IR s/ Prejuízo Fiscal	-	-	-	112.844	10.734	123.578
Variações cambiais líquidas	(83.883)	-	(83.883)	(638.120)	-	(638.120)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	54.574	1.111	55.685	53.948	1.163	55.111
Patrimônio líquido negativo	260	-	260	195	-	195
Provisão para demandas judiciais	189.826	-	189.826	191.910	-	191.910
Perda estimada (reversão) valor recuperável dos estoques	(21.408)	-	(21.408)	(15.735)	-	(15.735)
Perdas estimadas diversas	10.882	-	10.882	10.883	-	10.883
Reversões (Provisões) instrumentos financeiros e outros	79.341	193	79.534	22.860	915	23.775
Participação de administradores e outros	2.893	20	2.913	6.955	37	6.992
Provisão ajuste valor presente	(654)	-	(654)	(1.951)	(325)	(2.276)
Total diferenças temporárias	231.831	1.324	233.155	(369.055)	1.790	(367.265)
IR s/ diferenças temporárias	57.958	450	58.408	(92.264)	609	(91.655)
Provisão de Baixa de créditos sobre diferenças temporárias	(37.378)	(450)	(37.828)	-	-	-
IR s/ diferenças temporárias	20.580	-	20.580	(92.264)	609	(91.655)
IR e CS diferidos	20.580	-	20.580	20.580	11.343	31.923
IR s/ Reserva de Custo Atribuído	(63.415)	-	(63.415)	(66.088)	-	(66.088)
	(42.835)	-	(42.835)	(45.508)	11.343	(34.165)
Ativo não-circulante	-	-	-	-	11.343	11.343
Passivo não-circulante	42.835	-	42.835	45.508	-	45.508

a) A Companhia possui, no consolidado, prejuízos fiscais gerados no Brasil, no valor de R\$1.624.807 (R\$1.310.282 em 31 de dezembro de 2019), passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros.

Com base nos estudos técnicos relacionados aos lucros tributáveis futuros, a Companhia constituiu uma provisão para perda de R\$409.037 dos ativos fiscais diferidos de prejuízo fiscal (R\$206.834 em 31 de dezembro de 2019).

Tal ajuste decorre das projeções em 2020, considerando o novo cenário econômico e de mercado, como por exemplo o aumento na taxa de câmbio e nos preços de metal, dentre outros desenvolvimentos atuais. A Administração manterá o monitoramento tempestivo dos créditos e, a qualquer tempo mediante estimativas de realização de lucros tributáveis, os valores provisionados para perda serão revertidos a favor da Companhia. No Brasil, a compensação dos prejuízos fiscais não possui prazo prescricional, estando apenas limitada a 30% dos lucros tributáveis anuais.

b) Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrados, na rubrica de "Imposto de renda diferido", valores apurados sobre despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável para fins de imposto de renda, os quais estão disponíveis para futuras compensações com o referido imposto. A Companhia constitui uma provisão para perda de R\$37.828 sobre ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias.

c) A realização do imposto de renda diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial se dá na proporção da realização da reserva.

A projeção de realização dos impostos diferidos, foi preparada com base nas melhores estimativas da Administração e nas projeções de resultados aprovados pelos órgãos de governança corporativa da Companhia. Todavia, por envolverem diversas premissas que não estão sobre o controle da Companhia, como índices de inflação, volatilidade do câmbio, preços praticados no mercado internacional e demais incertezas econômicas do Brasil, os resultados futuros podem divergir materialmente daqueles considerados na preparação desta projeção.

A Companhia tem isenção de 75% do imposto de renda e dos adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração decorrente da produção de cobre e seus subprodutos, até

o período-base de 2027. Essa isenção é aplicada no saldo do imposto de renda a pagar após as compensações do prejuízo fiscal, conforme descrito no item a.

Os benefícios de Imposto de Renda da Companhia estão condicionados à constituição de Reserva de Capital pelo montante equivalente ao imposto não recolhido. As Reservas de Incentivos Fiscais constituídas somente poderão ser utilizadas para aumentar o capital ou absorver prejuízos.

26.2 Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de Imposto de Renda na Controladora, e Imposto de Renda e Contribuição Social no Consolidado, registrada na demonstração do resultado, está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e contrib. social	(864.276)	185.218	(852.896)	186.494
Alíquota fiscal nominal combinada	25%	25%	25% e 34%	25% e 34%
Imposto de renda sobre lucro	(216.069)	46.305	(212.200)	47.583
Adições permanentes	(16.230)	(21.810)	(16.228)	(21.810)
Realização de reserva de reavaliação (depreciação/baixa)	3.430	3.002	3.430	3.002
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	157	(1.144)	139	(1.225)
Provisão (Reversão) para demandas judiciais	(521)	4.438	(521)	4.438
Outras provisões dedutíveis	12.011	9.203	11.869	8.021
Variação cambial líquida (regime caixa)	138.559	(8.916)	138.559	(8.916)
Patrimônio líquido negativo	16	(638)	16	(638)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	116.025	(213.554)	101.384	(214.841)
Imposto de renda diferido sobre reserva de reavaliação	2.672	2.725	2.672	2.725
Provisão de Baixa de créditos sobre diferenças temporárias	(37.378)	-	(37.828)	-
Crédito de imposto de renda	2.672	(210.293)	(8.708)	(211.569)
Imposto de renda do período corrente	-	-	(10)	(5)
Contribuição social do período corrente	-	-	(25)	(3)
Impostos correntes	-	-	(35)	(8)
Imposto de renda diferido	-	(213.018)	(8.342)	(213.951)
Contribuição social diferida	-	-	(3.003)	(335)
Imposto de renda diferido sobre reserva de reavaliação	2.672	2.725	2.672	2.725
Impostos Diferidos	2.672	(210.293)	(8.673)	(211.561)
Crédito de IR e CS	2.672	(210.293)	(8.708)	(211.569)
Taxa efetiva total	-0,31%	-113,54%	1,02%	-113,45%
Taxa efetiva corrente	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

27. Segmentos operacionais

A Companhia atua somente no segmento de cobre, que compreende a produção e comercialização de cobre eletrolítico, seus subprodutos e serviços correlatos, bem como semielaborados de cobre e suas ligas.

28. Instrumentos financeiros

28.1 Política de gestão de riscos de mercado

A Companhia reconhece que certos riscos de mercado, como variação do preço de *commodities*, taxa de câmbio e taxas de juros, são inerentes ao seu negócio. Entretanto, a política da Companhia é evitar riscos desnecessários e garantir que as exposições do negócio ao risco que tenham sido identificadas, medidas e que sejam passíveis de serem controladas sejam minimizadas, usando os métodos mais efetivos e eficientes para eliminar, reduzir ou transferir tais exposições.

O Conselho de Administração conta com o Comitê de Finanças, Riscos e Contingências para assistir ao estabelecimento de políticas de gestão de risco de mercado e garantir que os procedimentos apropriados estejam em vigor, para que todas as exposições ao risco incorridas

pela Companhia estejam identificadas e avaliadas. Além disso, o referido Comitê monitora para que essas exposições estejam dentro dos limites estabelecidos. Os riscos de negócio identificados incluem:

- Risco de taxas de juros inerentes às dívidas da Companhia.
- Risco cambial e risco de preços de *commodities* decorrentes das matérias primas e produtos vendidos, transações projetadas e compromissos firmes.
- Risco cambial decorrente de ativos e passivos como: aplicações no exterior e empréstimos, estoques vinculados a *commodities* cujos preços são denominados em moeda estrangeira, entre outros.
- Risco de base (*Basis Risk*) decorrentes de diferenças temporais, de volume, e de indexadores que porventura podem ocorrer entre a contratação e liquidação do instrumento e o objeto de *hedge*.

A política de gestão de riscos de mercado permite que a Companhia utilize instrumentos financeiros derivativos aprovados com o objetivo de minimizar a exposição a riscos de mercado: Câmbio, *Commodities* e Taxas de Juros.

Instrumentos derivativos são somente utilizados para fins de “*Hedge*” uma vez que limitam as exposições financeiras associadas aos riscos identificados em determinados passivos e ativos da Companhia. A utilização de derivativos não é automática, nem é necessariamente a única resposta para a gestão de risco do negócio. A utilização é permitida somente após verificar que o derivativo escolhido possa delimitar os riscos identificados dentro dos níveis de tolerância estabelecidos pela política.

A Companhia realiza operações de *hedge* com instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos e enquadra essas transações nas regras de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) tais como definidas pela Deliberação CVM nº 763 (CPC 48). Nem todas as operações de *hedge* com derivativos são contabilizadas em aplicação das regras de contabilidade de *hedge*.

28.2 Metodologias de valor justo

Os instrumentos financeiros de derivativos são avaliados a valor justo e devidamente reconhecidos contabilmente em contas patrimoniais. A metodologia de avaliação a valor justo envolve parâmetros verificáveis, extraídos dos mercados futuros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (Cupom Cambial e Pré), LME (cobre, zinco, estanho e chumbo) e LBMA (ouro e prata), *British Banker's Association* (*Libor*) e Bloomberg (dólar norte americano à vista - *Spot*).

A apuração do valor de mercado dos derivativos de câmbio pela Companhia consiste em calcular o valor futuro de acordo com as condições contratuais e trazer a valor presente pelas curvas de mercado (Pré e cupom cambial) e preços divulgados na Bloomberg e B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Os ajustes dos derivativos embutidos são feitos pela média dos preços futuros, baseados nas curvas divulgadas na LME e LBMA.

28.3 Derivativos embutidos

Cláusulas de ajuste dos preços de matérias primas, tais como o cobre, incluídas em contratos não canceláveis de compra de produtos, que são baseadas em preços de mercado para uma data subsequente à data de embarque ou entrega, são considerados derivativos embutidos, que requerem segregação e contabilização em separado. Isto se dá porque, de acordo com o CPC 48, ajustes dos fluxos de caixa de pagamentos indexados a preços de matérias primas (como o cobre, por exemplo) embutidos em passivos financeiros não estão intimamente relacionados com o instrumento principal, uma vez que os riscos inerentes ao contrato principal e ao derivativo

embutido não são semelhantes. Um derivativo embutido, que é bifurcado do seu contrato hospede e é contabilizado em separado ao valor justo por meio do resultado, como qualquer outro instrumento derivativo, pode ser designado como instrumento de *hedge* numa relação de contabilidade de *hedge*, tal como um *hedge* de valor justo de estoques de cobre.

Contratos de compra de concentrado de cobre geralmente inclui um preço provisório na data do embarque, com o preço final baseado na média mensal do preço do cobre na LME para um período futuro determinado. Este período normalmente varia entre 30 e 120 dias após a data de embarque ou faturamento. Tal compra de concentrado com preço provisório contém um derivativo embutido, o qual é requerido que seja separado do contrato principal e contabilizado como derivativo por separado no resultado.

28.4 Classificação dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são classificados em duas categorias de mensuração: ativos e passivos ao valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado.

A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

	Notas	Controladora			
		Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Valor Contabil	Valor Justo
				2020	2020
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	05	-	137.153	137.153	137.153
Aplicações financeiras	05	-	42.892	42.892	42.892
Contas a receber de clientes	06	-	341.689	341.689	341.689
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	10.509	-	10.509	10.509
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	27.641	-	27.641	27.641
Total dos ativos		38.150	521.734	559.884	559.884
Passivos financeiros					
Fornecedores	13	-	465.314	465.314	465.314
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	14	-	228.995	228.995	228.995
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	-	59.184	59.184	59.184
Créditos de Clientes	20	-	109	109	109
Empréstimos e financiamentos	16	-	2.889.201	2.889.201	2.889.201
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	148.730	-	148.730	148.730
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	94.207	-	94.207	94.207
Total dos passivos		242.937	3.642.803	3.885.740	3.885.740

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

					Controladora	
					Valor Contabil	Valor Justo
			Notas	Ao valor justo por meio do resultado	2019	2019
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa		05	-	102.266	102.266	102.266
Aplicações financeiras		05	-	19.943	19.943	19.943
Contas a receber de clientes		06	-	215.758	215.758	215.758
Instr Financeiros - Hedge Accounting		28	4.756	-	4.756	4.756
Instr Financeiros - Demais Derivativos		28	11.914	-	11.914	11.914
Total dos ativos				<u>16.670</u>	<u>337.967</u>	<u>354.637</u>
Passivos financeiros						
Fornecedores		13	-	494.347	494.347	494.347
Operações com Forfait e Cartas de Crédito		14	-	85.641	85.641	85.641
Passivos relacionados a contratos de clientes		20	-	10.980	10.980	10.980
Créditos de Clientes		20	-	1.001	1.001	1.001
Empréstimos e financiamentos		16	-	2.210.885	2.210.885	2.210.885
Instr Financeiros - Hedge Accounting		28	18.448	-	18.448	18.448
Instr Financeiros - Demais Derivativos		28	30.933	-	30.933	30.933
Total dos passivos				<u>49.381</u>	<u>2.802.854</u>	<u>2.852.235</u>

					Consolidado	
					Valor Contabil	Valor Justo
			Notas	Ao valor justo por meio do resultado	2020	2020
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa		05	-	138.761	138.761	138.761
Aplicações financeiras		05	-	42.892	42.892	42.892
Contas a receber de clientes		06	-	341.622	341.622	341.622
Instr Financeiros - Hedge Accounting		28	10.509	-	10.509	10.509
Instr Financeiros - Demais Derivativos		28	27.641	-	27.641	27.641
Total dos ativos				<u>38.150</u>	<u>523.275</u>	<u>561.425</u>
Passivos financeiros						
Fornecedores		13	-	465.314	465.314	465.314
Operações com Forfait e Cartas de Crédito		14	-	228.995	228.995	228.995
Passivos relacionados a contratos de clientes		20	-	59.299	59.299	59.299
Créditos de Clientes		20	-	136	136	136
Empréstimos e financiamentos		16	-	2.889.201	2.889.201	2.889.201
Instr Financeiros - Hedge Accounting		28	148.730	-	148.730	148.730
Instr Financeiros - Demais Derivativos		28	94.207	-	94.207	94.207
Total dos passivos				<u>242.937</u>	<u>3.642.945</u>	<u>3.885.882</u>

	Notas	Consolidado			
		Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Valor Contabil	Valor Justo
				2019	2019
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	05	-	118.036	118.036	118.036
Aplicações financeiras	05	-	25.029	25.029	25.029
Contas a receber de clientes	06	-	203.616	203.616	203.616
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	4.756	-	4.756	4.756
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	11.914	-	11.914	11.914
Total dos ativos		16.670	346.681	363.351	363.351
Passivos financeiros					
Fornecedores	13	-	495.575	495.575	495.575
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	14	-	85.641	85.641	85.641
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	-	11.097	11.097	11.097
Créditos de Clientes	20	-	345	345	345
Empréstimos e financiamentos	16	-	2.210.885	2.210.885	2.210.885
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	18.448	-	18.448	18.448
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	30.933	-	30.933	30.933
Total dos passivos		49.381	2.803.543	2.852.924	2.852.924

Hierarquia ao valor justo

A Companhia divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas, e requer determinadas divulgações sobre o valor justo.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1- preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos na data de mensuração. Um preço cotado em um mercado ativo apresenta a evidência mais confiável do “valor justo” e deve ser usado sempre que disponível.

Nível 2- preços cotados para ativos ou passivos similares em mercados ativos, preços cotados para ativos ou passivos idênticos em mercados que não são ativos (mercados em que há poucas transações para os ativos ou passivos), dados que não sejam preços cotados observáveis para um ativo ou passivo e dados que sejam derivados ou corroborados principalmente por dados observáveis no mercado por correlação ou outros meios.

Nível 3- são dados não observáveis para um ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o “valor justo” quando dados observáveis não estão disponíveis e devem refletir as expectativas da própria unidade de negócio sobre o que os participantes do mercado usariam como premissas para precificar um ativo ou passivo, incluindo premissas de risco. Nenhum instrumento financeiro detido tem as características da categoria de Nível 3.

Abaixo apresentamos ativos e passivos da controladora e do consolidado, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

	Notas	Controladora			Consolidado		
		Nível 1	Nível 2	2020	Nível 1	Nível 2	2020
Ativos financeiros							
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	-	10.509	10.509	-	10.509	10.509
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	-	27.641	27.641	-	27.641	27.641
Total dos ativos		-	38.150	38.150	-	38.150	38.150
Passivos financeiros							
Fornecedores	13	-	465.314	465.314	-	465.314	465.314
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	14	-	228.995	228.995	-	228.995	228.995
Empréstimos e financiamentos	16	2.889.201	-	2.889.201	2.889.201	-	2.889.201
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	-	59.184	59.184	-	59.299	59.299
Créditos de Clientes	20	-	109	109	-	136	136
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	-	148.730	148.730	-	148.730	148.730
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	-	94.207	94.207	-	94.207	94.207
Total dos passivos		2.889.201	996.539	3.885.740	2.889.201	996.681	3.885.882

	Notas	Controladora			Consolidado		
		Nível 1	Nível 2	2019	Nível 1	Nível 2	2019
Ativos financeiros							
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	-	4.756	4.756	-	4.756	4.756
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	-	11.914	11.914	-	11.914	11.914
Total dos ativos		-	16.670	16.670	-	16.670	16.670
Passivos financeiros							
Fornecedores	13	-	494.347	494.347	-	495.575	495.575
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	14	-	85.641	85.641	-	85.641	85.641
Empréstimos e financiamentos	16	2.210.885	-	2.210.885	2.210.885	-	2.210.885
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	-	10.980	10.980	-	11.097	11.097
Créditos de Clientes	20	-	1.001	1.001	-	345	345
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	-	18.448	18.448	-	18.448	18.448
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	-	30.933	30.933	-	30.933	30.933
Total dos passivos		2.210.885	641.350	2.852.235	2.210.885	642.039	2.852.924

Resumo dos instrumentos financeiros derivativos consolidados

Instrumento	Posição	Indexador	Valor de Referência		Valor Justo	
			2020	2019	2020	2019
Consolidado						
Designados para Hedge accounting						
Risco de preços de commodities						
NDF	Comprado	Cobre	2.550 tons	5.250 tons	9.167	(4.290)
Compromisso firme de vend	Vendido	Cobre	(2.550) tons	(5.250) tons	(9.167)	4.290
NDF	Vendido	Cobre	(14.808) tons	(7.150) tons	(74.162)	(6.630)
NDF	Vendido	Ouro	(6.223) Oz	- Oz	(657)	-
NDF	Vendido	Prata	(136.825) Oz	- Oz	(2.916)	-
NDF	Vendido	Zinco/Estanho/Chumbo	(545) tons	(865) tons	(460)	460
Derivativo embutido	Vendido	Cobre	(22.235) tons	(4.676) tons	(61.053)	(7.522)
Derivativo embutido	Vendido	Ouro	(4.172) Oz	(180) Oz	1.342	(6)
Derivativo embutido	Vendido	Prata	(89.428) Oz	(22.076) Oz	(315)	6
Total					(138.221)	(13.692)
Total derivativos designados para hedge accounting					(138.221)	(13.692)
Não designados para Hedge accounting						
Risco de preços de commodities						
Compromisso firme de vend	Comprado	Cobre	- tons	- tons	8.507	(97)
Fluxo de Caixa -Custo	Comprado	Cobre	3.867 tons	(7.375) tons	20.477	(3.854)
NDF	Comprado	Cobre	- tons	3.300 tons	-	6.568
NDF	Comprado	Ouro	- Oz	(12.160) Oz	-	(3.491)
NDF	Comprado	Prata	- Oz	(133.815) Oz	-	(1.023)
NDF	Comprado	Zinco/Estanho/Chumbo	- tons	- tons	-	(136)
Derivativo embutido	Comprado	Cobre/Ouro/Prata	- tons	- tons	(95.550)	(15.865)
Total					(66.566)	(17.898)
Hedge Econômico - Variação Cambial US\$ / BRL						
MTM NDF	Comprado	USD/BRL	- US\$	(18.000) US\$	-	(1.121)
Total					-	(1.121)
Total demais derivativos					(66.566)	(19.019)
Total					(204.787)	(32.711)
Ativo Circulante					38.150	16.670
Passivo Circulante					(242.937)	(49.381)

28.5 Riscos de mercado

28.5.1 Risco cambial

A Companhia possui ativos e passivos, assim como operações futuras que envolverão receitas e custos todos denominados ou indexados em moeda estrangeira que não é a moeda funcional da Companhia.

A Política estabelece que a gestão de riscos tenha como objetivo a proteção contra o risco cambial do fluxo projetado denominado em moeda estrangeira por meio do uso de operações de balcão (NDF - *Non Deliverable Forward*), futuros de bolsa, *zero cost collar* e instrumentos financeiros não derivativos (passivos indexados ao dólar).

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

A exposição em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir:

		Controladora / Consolidado	
		2020	2019
		US\$	US\$
Objeto	Posição		
Receita Prêmio Projetada	Comprado	1.281.604	1.341.604
Estoques	Comprado	155.376	118.950
Instrumento financeiro designados para hedge accounting			
NDF - Receita	Vendido	(68.636)	(128.636)
Empréstimos e financiamentos	Vendido	(826.561)	(790.135)
Fornecedores	Vendido	(541.783)	(541.783)
Derivativos não designados para hedge accounting			
NDF (USD/BRL)	Comprado	-	(8.000)
Ativos/Passivos não designados para hedge accounting			
Empréstimos e financiamentos	Vendido	(287.281)	(398.548)
Exposição líquida total		(287.281)	(406.548)

28.5.2 Risco de taxas de juros

A Companhia possui exposições pós-fixadas a Libor, CDI, TJLP e Taxa de Juros Resolução 635/87 decorrentes de aplicações e empréstimos. O risco de Libor concentra-se nas operações de *Trade Finance*, para as quais foram feitas operações de Libor contra Taxa Fixa para a sua proteção.

A exposição às taxas de juros está demonstrada no quadro a seguir:

		Controladora/Consolidado	
		2020	2019
Designados para Hedge accounting			
Empréstimos e financiamentos	LIBOR	(1.199.514)	(1.196.187)
		(1.199.514)	(1.196.187)
Não designados para Hedge accounting			
Empréstimos e financiamentos	TJLP	-	(1.211)
		-	(1.211)
Aplicações	PRÉ	53.269	24.045
Empréstimos e financiamentos	PRÉ	(88.338)	(44.721)
		(35.069)	(20.676)

28.5.3 Risco de *commodities*

A Paranapanema, em suas atividades de negócio, adquire matéria-prima e vende produtos, ambos referenciados às quantidades de metais neles contidos e às cotações desses metais nas bolsas internacionais (*London Metal Exchange e London Bullion Market Association*).

A origem do risco de *commodities* é o descasamento entre os preços de venda e de compra dos metais contidos nos produtos e matérias primas.

A Política estabelece que a exposição ao risco de *commodities* de cada metal seja dada pelo descasamento entre a quantidade desse metal já precificada para a compra e a quantidade desse metal já precificada para a venda, e estabelece limites de exposição ao risco.

Por conta desta exposição, a Companhia tem por estratégia manter os custos em dólares dos metais em estoque flutuando com o preço do metal no mercado, e somente travá-los quando ocorrer a venda do metal e seu preço for conhecido.

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

				Controladora/Consolidado	
Cobre	Posição	2020		2019	
		Valor Referência	Exposição	Valor Referência	Exposição
Ativos, líquido	Comprado	34.378 tons	1.383.043	40.602 tons	1.007.452
Designados para Hedge accounting					
Derivativo embutido	Vendido	(24.799) tons	(997.681)	(23.376) tons	(580.040)
Compromissos Firmes	Vendido	(1.026) tons	(41.271)	(4.918) tons	(122.025)
NDF	Vendido	(12.234) tons	(492.172)	(5.975) tons	(148.258)
Não designados para Hedge accounting					
Compromissos Firmes	Comprado	6 tons	258	(8.472) tons	(210.203)
Exposição líquida total		(3.675) tons	(147.823)	(2.139) tons	(53.074)
				Controladora/Consolidado	
Ouro	Posição	2020		2019	
		Valor Referência	Exposição	Valor Referência	Exposição
Ativos, líquido	Comprado	3.505 Oz	34.447	2.246 Oz	13.790
Designados para Hedge accounting					
Derivativo embutido	Vendido	(459) Oz	(4.510)	(180) Oz	(1.107)
NDF	Vendido	(4.240) Oz	(41.670)	- Oz	-
Não designados para Hedge accounting					
Compromissos Firmes	Comprado	3.183 Oz	31.283	4.832 Oz	29.660
NDF	Vendido	(1.983) Oz	(19.489)	(12.160) Oz	(74.647)
Exposição líquida total		6 Oz	61	(5.262) Oz	(32.304)
				Controladora/Consolidado	
Prata	Posição	2020		2019	
		Valor Referência	Exposição	Valor Referência	Exposição
Ativos, líquido	Comprado	150.838 Oz	20.761	114.173 Oz	8.304
Designados para Hedge accounting					
Derivativo embutido	Comprado	2.389 Oz	329	(22.076) Oz	(1.606)
NDF	Vendido	(181.912) Oz	(25.037)	- Oz	-
Não designados para Hedge accounting					
Compromissos Firmes	Comprado	29.634 Oz	4.079	27.679 Oz	2.013
NDF	Comprado	45.087 Oz	6.206	(133.815) Oz	(9.733)
Exposição líquida total		46.036 Oz	6.338	(14.039) Oz	(1.022)
				Controladora/Consolidado	
Outros	Posição	2020		2019	
		Valor Referência	Exposição	Valor Referência	Exposição
Ativos, líquido	Comprado	668 tons	11.669	724 tons	7.939
Designados para Hedge accounting					
NDF	Vendido	(45) tons	1.055	735 tons	5.386
Não designados para Hedge accounting					
Compromissos Firmes	Vendido	(78) tons	(1.173)	(78) tons	(771)
NDF	Vendido	(500) tons	(10.522)	(1.600) tons	(14.788)
Exposição líquida total		45 tons	1.029	(219) tons	(2.234)

28.5.4 Análise de sensibilidades

De forma a medir o impacto no resultado e no patrimônio líquido decorrente de variações dos dados de mercado na Companhia, foram efetuados cenários de choque em relação às taxas vigentes em 31 de dezembro de 2020, quadro a seguir. Conforme previsão do CPC 48, a Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável, de baixa e de alta de 25% e 50%.

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

	Nocional	Unidade	Fatores de Risco	Cenário Provável	Cenário Baixa		Controladora/Consolidado	
					25%	50%	Cenário Alta	50%
Impacto no resultado								
Risco Cambial								
Objeto de hedge								
Receita Prêmio Projetada	1.281.604	US\$	US\$	6.660.112	(1.665.028)	(3.330.056)	1.665.028	3.330.056
Estoques	155.376	US\$	US\$	807.442	(201.861)	(403.721)	201.861	403.721
Instrumento de hedge								
NDF - Hedge de fluxo de caixa	(68.636)	US\$	US\$	(27.940)	89.170	178.340	(89.170)	(178.340)
Fornecedores	(541.783)	US\$	US\$	(424.584)	703.871	1.407.742	(703.871)	(1.407.742)
Empréstimos	(826.561)	US\$	US\$	(399.105)	1.073.847	2.147.695	(1.073.847)	(2.147.695)
Demais instrumentos não derivativos								
Passivos	(287.281)	US\$	US\$	(1.492.913)	373.228	746.457	(373.228)	(746.457)
Total	(287.281)			5.123.012	373.227	746.457	(373.227)	(746.457)
Risco de taxa de juros								
Objeto de hedge								
Passivos	(230.822)	US\$	LIBOR	(1.450.218)	1.347	2.906	(1.772)	(3.331)
Demais instrumentos não derivativos								
Passivos	-	R\$	TJLP	(1.346)	4	7	(3)	(7)
Ativos	53.269	R\$	PRÉ	53.269	(15)	(31)	18	34
Passivos	(88.338)	R\$	PRÉ	(93.208)	(923)	(619)	(1.519)	(1.812)
Total	(265.891)			(1.491.503)	413	2.263	(3.276)	(5.116)
Risco de preço de commodities								
Instrumento de hedge								
NDF (Cobre) - Hedge de Valor Justo	(1.026)	tons	Cobre	(41.271)	10.318	20.636	(10.318)	(20.636)
NDF (Cobre) - Hedge de Valor Justo Estoque	(12.234)	tons	Cobre	(492.172)	123.043	246.086	(123.043)	(246.086)
Deriv. Embutido (Cobre) - Hedge de Valor Justo	(24.799)	tons	Cobre	(997.681)	249.420	498.840	(249.420)	(498.840)
Total	(38.059)			(1.531.124)	382.781	765.562	(382.781)	(765.562)
Não designados para hedge accounting								
NDF	(1.983)	Oz	Ouro	(19.489)	4.872	9.745	(4.872)	(9.745)
Instrumento de hedge								
NDF	(4.240)	Oz	Ouro	(41.670)	10.418	20.835	(10.418)	(20.835)
Derivativo embutido	(459)	Oz	Ouro	(4.510)	1.128	2.255	(1.128)	(2.255)
Total	(6.682)			(65.669)	16.418	32.835	(16.418)	(32.835)
Não designados para hedge accounting								
NDF	45.087	Oz	Prata	6.206	(1.552)	(3.103)	1.552	3.103
Instrumento de hedge								
NDF	(181.912)	Oz	Prata	(25.037)	6.259	12.519	(6.259)	(12.519)
Derivativo embutido	2.389	Oz	Prata	329	(82)	(165)	82	165
Total	(134.436)			(18.502)	4.625	9.251	(4.625)	(9.251)
Instrumento de hedge								
NDF (Zinco, Chumbo e Estanho)	(45)	tons	Outros Metais	1.055	(264)	(528)	264	528
Não designados para hedge accounting								
NDF	(500)	tons	Outros Metais	(10.522)	2.631	5.261	(2.631)	(5.261)
Total	(545)			(9.467)	2.367	4.733	(2.367)	(4.733)
Premissas								
Taxa câmbio	Ptax - USD/BRL			5,1967	3,8975	2,5984	6,4959	7,7951
Preço Cobre	Official Price Cash LME			\$7.742	\$5.806	\$3.871	\$9.677	\$11.612
Preço Ouro	Official Price Cash LBMA			\$1.891	\$1.418	\$946	\$2.364	\$2.837
Preço Prata	Official Price Cash LBMA			\$26	\$20	\$13	\$33	\$40
Preço Zinco	Official Price Cash LME			\$2.724	\$2.043	\$1.362	\$3.404	\$4.085
Preço Estanho	Official Price Cash LME			\$20.540	\$15.405	\$10.270	\$25.675	\$30.810
Preço Chumbo	Official Price Cash LME			\$1.972	\$1.479	\$986	\$2.465	\$2.958

28.6 Contabilidade de *hedge*

A Paranapanema adotou os seguintes programas de *hedge accounting*:

28.6.1 *Hedge* de Fluxo de Caixa de Receitas em dólares norte-americanos

O objetivo do programa é garantir que um percentual da receita equivalente ao prêmio das vendas indexadas ao dólar não seja impactado com variação cambial. A combinação do derivativo e da receita irá resultar numa entrada de fluxo de caixa fixa/constante baseada na taxa do dólar norte-americano, garantida pelo instrumento financeiro derivativo.

O objeto de *hedge* é um percentual das receitas, equivalente aos prêmios futuros altamente prováveis, indexadas ao dólar norte-americano. O instrumento de *hedge* contratado para este programa são contratos a termo de moeda (NDF - *Non Deliverable Forward*) de USD/BRL. Além de instrumentos derivativos, a Companhia também utiliza, conforme autorizado pela Deliberação CVM nº 604/09, as variações das taxas de câmbio de instrumentos financeiros não derivativos como Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), Pré-pagamento de Exportação (PPE) e contratos de dívidas em dólares para mitigar o risco cambial decorrente de suas vendas futuras altamente prováveis em moeda estrangeira. Este programa foi implementado a partir de novembro de 2013 para os instrumentos de ACC e PPE e a partir de dezembro de 2013 para as demais dívidas como instrumento de *hedge*.

O saldo apurado na conta de Ajuste de Valor Patrimonial é transferido para o Resultado Operacional da Companhia somente no momento em que o objeto de *hedge* (neste caso o percentual da receita equivalente ao prêmio futuro) for realizado.

Com base no CPC 48, os instrumentos de *hedge* poderão ser rolados até o mês esperado para realização das receitas que contenham o percentual relativo a prêmios. O mês de realização é definido no momento da designação da relação de *hedge*.

28.6.2 *Hedge* de Valor Justo de Compromissos Firmes de Venda

O objetivo do *hedge* de Compromisso Firme de Venda é proteger o valor justo, em dólares norte-americanos (USD), do preço do cobre fixado nas vendas contra movimentos desfavoráveis do preço do cobre cotado na London Metal Exchange (LME).

O objeto de *hedge* são vendas futuras de cobre em dólares americanos (USD) com preço pré-fixado para clientes nos compromissos firmes de venda. Os instrumentos de *hedge* são derivativos de cobre com cotação na London Metal Exchange (LME).

A marcação a mercado dos contratos de derivativos designados para o *hedge* é contabilizada no Resultado Operacional, assim como os compromissos firmes de venda. A conta de Derivativos a Receber é debitada contra o Resultado Operacional quando o ajuste for favorável à Companhia e é creditada contra o resultado operacional quando o ajuste for desfavorável à Companhia.

28.6.3 *Hedge* de Valor Justo de Estoques

O objetivo do *hedge* de Valor Justo de Estoques visa proteger o seu componente de custo mais relevante que é a porção metal (cobre, zinco, chumbo, estanho, ouro e prata) dos estoques, mantendo-os a mercado (preço do metal em reais) até que a venda seja realizada. Os custos de transformação dos metais (mão de obra e insumos) não são representativos frente ao custo total do estoque e são denominados em reais, portanto, não são objetos de *hedge* de preço de metal ou de câmbio.

Os instrumentos de *hedge* de preço de metal são derivativos embutidos nos contratos de fornecimento de concentrado de cobre, que foram bifurcados dos contratos. Este programa foi implementado a partir de dezembro de 2013. Em 01 de março de 2014 foi implementado o *hedge*

de valor justo de estoques utilizando derivativos em bolsa como instrumento de *hedge*, que protege a variação dos preços médios mensais à vista. Em 01 de maio de 2014 foi implementada mesma estratégia com derivativos em bolsa para os metais zinco, chumbo e estanho. Em 01 de junho de 2014 foi implementada mesma estratégia com derivativos em bolsa para ouro e prata. Em 01 de Janeiro de 2016 foi iniciada a marcação a mercado dos preços dos metais em reais via designação de instrumentos financeiros como *hedge* de câmbio.

Os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos derivativos de valor justo de estoque são objeto de teste de efetividade retrospectivo e prospectivo respeitando os limites de 80% - 125% de efetividade para manter a relação de *hedge*. Sendo a porção inefetiva é registada diretamente no resultado.

A marcação a mercado dos contratos de derivativos embutidos, em bolsa e instrumentos financeiros, é contabilizada no estoque assim como o objeto de *hedge*, que é o Estoque de metal contido. A conta de Derivativos a Receber é debitada contra o Resultado Operacional quando o ajuste for favorável à Companhia e é creditada contra o Resultado Operacional quando o ajuste for desfavorável à Companhia.

28.6.4 *Hedge* de Fluxo de Caixa de custo de metais

O objetivo do *hedge* é proteger o custo de cobre dos produtos vendidos para um determinado mês de venda, ajustando o custo dos produtos vendidos, por referências de preços idênticas ou próximas às referências de preços de cobre em dólar norte-americano, às receitas com a venda de cobre. Este *hedge*, em conjunto com o programa de *hedge* de valor justo do estoque, permite que o custo do metal no CPV seja similar ao preço do metal da receita.

O objeto de *hedge* é o custo de cobre nos produtos vendidos para um determinado mês de venda. Os instrumentos de *hedge* são contratos futuros de cobre que têm como objetivo trocar referências de preços médios de cobre. Este programa foi implementado a partir de abril de 2014.

A marcação a mercado dos contratos de derivativos designados para *hedge* é contabilizada na conta de Ajuste de Valor Patrimonial e debitada da conta de Derivativos a Receber quando o ajuste for favorável à Companhia. Caso contrário, é creditada na conta de Derivativos a Pagar e debitada na conta de Ajuste de Valor Patrimonial. O saldo apurado na conta de Ajuste de Valor Patrimonial é transferido para o Resultado Operacional da Companhia somente no momento que o objeto de *hedge* for realizado.

Em conformidade com os requerimentos de documentação que estão definidos no IFRS 09, a Companhia efetuou a designação formal de suas operações de *hedge* sujeitas à contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) documentando:

- i. O relacionamento do *hedge*;
- ii. O objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em fazer o *hedge*;
- iii. A identificação do instrumento de *hedge* (instrumento financeiro derivativo ou não derivativo);
- iv. O objeto de *hedge* ou posição protegida;
- v. A natureza do risco a ser coberto;
- vi. A descrição da relação de cobertura;
- vii. A demonstração da correlação entre o instrumento de *hedge* e o objeto de *hedge* quando aplicável;
- viii. A demonstração prospectiva e retrospectiva da efetividade do *hedge*.

As transações para as quais a Paranapanema fez a designação como *hedges* de fluxo de caixa são altamente prováveis. O diferimento dos ganhos e perdas não realizados dos instrumentos

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

financeiros derivativos e não derivativos designados para proteção de riscos cambiais e taxas de juros foram feitos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

							Controladora/Consolidado	
Instrumento	Objeto	Indexador	Vencimentos		Referência	Valor de Mercado(*)		
							2020	
Hedge de Fluxo de Caixa								
Derivativos - designados								
NDF - Encerrados	Receita em USD	USD	jan-20	a dez-20	(60.000)	US\$	(41.353)	
NDF - Provisão	Receita em USD	USD	jan-21	a dez-21	(68.636)	US\$	(28.261)	
NDF - Encerrados	Custo	Cobre	jan-20	a dez-20	16.691 tons		-	
NDF - Provisão	Custo	Cobre	jan-21		1.998 tons		767	
Não derivativos - designados								
ACC/PPE - Provisão	Receita em USD	USD	jan-21	a dez-30	(671.185)	US\$	(431.111)	
Demais dívidas - Provisão	Receita em USD	USD	jan-21	a nov-36	(541.783)	US\$	(424.584)	
Hedge de Valor Justo								
Derivativos								
NDF - Encerrados	Compromisso de venda	Cobre	jan-20	a dez-20	8.235 tons		(4.418)	
NDF - Provisão	Compromisso de venda	Cobre	jan-21	a dez-20	2.550 tons		9.167	
Derivativos Embutidos	Estoques	Cobre	jan-20	a dez-20	101.357 tons		(58.035)	
Derivativos Embutidos	Estoques	Cobre	jan-21	a dez-20	22.235 tons		(61.053)	
Derivativos Embutidos	Estoques	Ouro	jan-20	a dez-20	16.363 Oz		(2.771)	
Derivativos Embutidos	Estoques	Ouro	jan-21	a dez-20	4.172 Oz		1.342	
Derivativos Embutidos	Estoques	Prata	jan-20	a dez-20	611.009 Oz		(1.947)	
Derivativos Embutidos	Estoques	Prata	jan-21	a dez-20	89.428 Oz		(315)	
NDF - Encerrados	Estoques	Cobre	jan-20	a dez-20	208.930 tons		207.271	
NDF - Provisão	Estoques	Cobre	jan-21	a dez-20	14.808 tons		(74.162)	
NDF - Encerrados	Estoques	Zinco	jan-20	a dez-20	11.650 tons		3.576	
NDF - Provisão	Estoques	Zinco	jan-21	a dez-20	500 tons		(240)	
NDF - Encerrados	Estoques	Chumbo	jan-20	a dez-20	499 tons		11	
NDF - Provisão	Estoques	Chumbo	jan-21	a dez-20	25 tons		(9)	
NDF - Encerrados	Estoques	Estanho	jan-20	a dez-20	316 tons		466	
NDF - Provisão	Estoques	Estanho	jan-21	a dez-20	20 tons		(211)	
NDF - Encerrados	Estoques	Ouro	jan-20	a dez-20	46.103 Oz		2.672	
NDF - Provisão	Estoques	Ouro	jan-21	a dez-20	6.223 Oz		(657)	
NDF - Encerrados	Estoques	Prata	jan-20	a dez-20	1.183.643 Oz		4.290	
NDF - Provisão	Estoques	Prata	jan-21	a dez-20	136.825 Oz		(2.916)	

(*) Derivativos designados como hedge accounting de fluxo de caixa provisionados estão registrados no Patrimônio Líquido

			Controladora/Consolidado	
			Patrimônio Líquido	
			2020	2019
Derivativos designados para hedge accounting				
Risco de commodities		767		321
Risco cambial		(28.261)		(82.036)
		(27.494)		(81.715)
Não derivativos designados para hedge accounting				
Risco cambial - Operações em aberto		(855.695)		(860.919)
		(855.695)		(860.919)

28.7 Risco de crédito

A política de venda dos produtos da Companhia está ligada ao nível de risco de crédito a que a Companhia está disposta a se sujeitar.

O crédito é um importante instrumento de promoção de negócios entre a Companhia e seus clientes. Essa característica se deve ao fato de o crédito alavancar o poder de compra dos clientes.

O risco é inerente às operações de crédito, devendo a Companhia efetuar uma minuciosa análise na concessão. Esse trabalho envolve avaliações de natureza quantitativa e qualitativa do cliente, não se dispensando a análise do setor em que ele atua. Essa análise leva em conta o passado do cliente, mas constitui-se, essencialmente, na elaboração de um prognóstico sobre a sua solidez

econômica - financeira atual, incluindo a forma como o cliente faz a sua gestão de risco e suas perspectivas para o futuro.

A diversificação da carteira de recebíveis, a seletividade dos clientes, assim como o acompanhamento dos prazos e do limite de crédito individual por cliente, são procedimentos adotados para minimizar os atrasos e a inadimplência do contas a receber. Além de procedimentos de verificação de capacidade de crédito, não há clientes que tenham saldos que individualmente representem mais do que 10% das receitas totais da Companhia. Desta forma, a Companhia não possui dependência em relação aos seus principais clientes.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia sempre realiza aplicações em instituições avaliadas com baixo risco por agências independentes de *rating*.

Riscos de Crédito	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Ativos					
Caixa e Equivalentes de Caixa	05	137.153	102.266	138.761	118.036
Aplicações Financeiras	05	42.892	19.943	42.892	25.029
Contas a receber de clientes	06	341.689	215.758	341.622	203.616
Outros Ativos	09	204.528	143.420	204.374	143.721
Instrumentos Financeiros Derivativos	28	38.150	16.670	38.150	16.670
		764.412	498.057	765.799	507.072

28.8 Risco de liquidez

- a) A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acesso a recursos imediatos. A Companhia possui aplicações com liquidez imediata, cujos montantes são suficientes para fazer face a eventual necessidade para liquidação junto a fornecedores, empréstimos ou financiamentos.
- b) O risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas, vide Nota 1.

Os valores apresentados incluem principal e juros calculados, utilizando-se a taxa de dólares norte-americanos de conversão vigente em 31 de dezembro de 2020 (R\$5,1967/US\$1,0000) para as dívidas denominadas em dólares norte-americanos (PPE, ACC e Finimp), e as taxas de juros dos contratos vigentes.

Risco de liquidez	Notas	Valor	Consolidado		
			Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 4 anos
Ativos					
Caixa e Equivalentes de Caixa	05	138.761	138.761	-	-
Aplicações Financeiras	05	42.892	29.433	13.459	-
Contas a receber de clientes	06	341.622	341.622	-	-
Outros Ativos	09	204.374	107.082	97.292	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	28	38.150	38.150	-	-
		765.799	655.048	110.751	-
Passivos					
Empréstimos e Financiamentos	16	(2.889.201)	(2.866.323)	-	(22.878)
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	(59.299)	(59.299)	-	-
Créditos de Clientes	20	(136)	(136)	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	28	(242.937)	(242.937)	-	-
Fornecedores	13	(465.314)	(462.394)	(2.920)	-
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	14	(228.995)	(228.995)	-	-
		(3.885.882)	(3.860.084)	(2.920)	(22.878)
Posição Líquida		(3.120.083)	(3.205.036)	107.831	(22.878)

28.9 Valor contábil / valor justo

A Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil em operações de curto prazo, haja vista que, nessas operações, o valor contábil é uma aproximação razoável ao valor justo (CPC-40/item 29), exceto para as operações de Empréstimos e Financiamento, onde foram apurados os seus valores justos e estão demonstrados nos quadros da Nota 28.4- classificação de Instrumentos Financeiros.

28.10 Gestão do capital

O principal objetivo da gestão do capital da Paranapanema e suas Controladas é assegurar uma classificação de crédito forte (*rating*) perante as instituições e uma relação de capital adequada, a fim de embasar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia inclui, dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, instrumentos financeiros derivativos a pagar, menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos a receber.

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Empréstimos e financiamentos	16	2.889.201	2.210.885	2.889.201	2.210.885
Operações com forfaiting e cartas de crédito	14	228.995	85.641	228.995	85.641
Instrumentos financeiros derivativos a pagar	28	86.019	25.988	86.019	25.988
(-) Caixa e equivalentes de caixa	05	(137.153)	(102.266)	(138.761)	(118.036)
(-) Aplicações financeiras	05	(42.892)	(19.943)	(42.892)	(25.029)
(-) Instrumentos financeiros derivativos a receber	28	(36.808)	(16.664)	(36.808)	(16.664)
(=) Dívida líquida		2.987.362	2.183.641	2.985.754	2.162.785
Inst. Fin. Derivativos Embutidos a pagar	28	156.918	23.393	156.918	23.393
(-) Inst. Fin. Derivativos Embutidos a receber	28	(1.342)	(6)	(1.342)	(6)
(=) Dívida líquida c/ Derivativos Embutidos		3.142.938	2.207.028	3.141.330	2.186.172
Patrimônio líquido	21	(198.590)	621.396	(198.590)	621.396
Ajuste de avaliação patrimonial	21.h	(692.101)	(725.690)	(692.101)	(725.690)
Total Capital Próprio		493.511	1.347.086	493.511	1.347.086
Quociente de alavancagem		85,82%	61,85%	85,82%	61,62%
Quociente de alavancagem c/ Deriv. Embutidos		86,43%	62,10%	86,42%	61,87%

29. Compromissos assumidos

A Companhia tem compromisso contratual com fornecedor para os próximos anos referentes à administração, operação e manutenção da usina de gases localizada na planta industrial de Dias d'Ávila, com vencimentos até março de 2023, e não sujeita à Companhia a nenhuma restrição.

A renovação e cláusulas de reajustamento estão descritas em contrato e seguem as práticas de mercado.

As obrigações mínimas futuras a pagar desse contrato, caso não seja cancelado antes do vencimento, são as seguintes:

	Controladora/Consolidado	
	2020	2019
Até 1 Ano	8.013	8.013
de 2 a 3 anos	10.017	16.026
acima de 3 anos	-	2.003
	<u>18.030</u>	<u>26.042</u>

30. Seguros

A Companhia possui cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para eventuais perdas decorrentes de sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2020, as importâncias seguradas e limite de cobertura contratados nos respectivos ramos de seguros eram compostos por:

Ramo	Valor em Risco Declarado(*)	Limite Máximo Indenizável(*)
Risco Operacional	R\$ 2.553.539.386	R\$ 200.000
Responsabilidade Civil Geral	R\$ 11.000	R\$ 22.000
Responsabilidade Civil Diretores e Administradores (D&O)		R\$ 65.000
Transportes (território nacional)	R\$ 9.500.000	R\$ 9.500.000
Seguro de Credito Exportação	USD 105.000	USD 8.000
Transportes (território internacional)	USD 3.000.000	USD 3.000.000
Ações Judiciais e Financeiras		Valor Estipulado para Causa defendida
Veiculos		100% do valor do veiculo (Base Tabela FIPE)
Vida em Grupo		30 x salário base

*Não Auditado pelos auditores independentes

31. Previdência privada

Os planos de previdência complementar instituídos pela Companhia e empresas controladas são um Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL e um Plano de Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL, respectivamente, com administração contratada à BrasilPrev e viabilizada com as contribuições da Companhia, empresas controladas e dos empregados, cujas principais características são resumidas abaixo:

PGBL/VGBL: Depois de atendidos os pré-requisitos cumulativos de 120 meses de contribuição e 60 anos de idade, os beneficiários terão direito de resgatar 100% da poupança formada por eles e pela Companhia e suas empresas controladas, da mesma forma no caso de ocorrência de falecimento ou invalidez permanente. Em caso de desligamento da Companhia antes de se tornar elegível, o beneficiário terá direito à retirada de, no máximo, 80% do valor depositado pela Companhia, respeitando a política a qual prevê direito de 1% por mês contribuído.

Portanto, os planos não incluem benefícios de risco e, assim, não produzem passivos atuariais. No caso de opção do participante por renda vitalícia, a responsabilidade pela manutenção da reserva, conforme contrato, é da BrasilPrev.

O valor das contribuições efetuadas aos planos pela Companhia e empresas controladas no exercício foi de R\$1.746 (R\$2.252 em 2019).

32. Plano de remuneração variável

32.1 - Termos e condições gerais

a) Beneficiários:

Alguns Executivos da Companhia, conforme o quanto contratado, são elegíveis ao Programa de Remuneração Variável. Composto por Incentivo de Curto Prazo (ICP) e de Longo Prazo (ILP). O ICP e ILP estão atrelados ao conceito de metas individuais e coletivas pré-definidas, sendo que no fechamento de cada exercício avalia-se o percentual de atingimento das metas.

Até 2016, o ILP era baseado em ações, utilizando um conceito de *phantom shares*, de forma que, ao final de cada exercício, as metas atingidas no período de janeiro a dezembro eram convertidas em URVs, baseadas no desempenho, variação e valor das ações da Paranapanema (PMAM3), distribuídas em períodos denominados *vesting*. As obrigações referentes as URV's distribuídas até 2016, serão mantidas conforme as regras contidas neste parágrafo.

A partir de 2017, foi aprovado pelo Conselho de Administração, que o ILP não está mais vinculado ao desempenho das ações (*phantom shares*), sendo calculado em múltiplos de salário e baseados em metas coletivas definidas pelo Conselho de Administração e metas individuais previamente acordadas.

As condições e regras do Programa de Remuneração Variável podem ser alteradas a qualquer momento pela Companhia, as quais devem ser expressamente informadas ao elegível.

b) Condições para exercício:

O instrumento particular determina que terão direito à concessão e pagamento das remunerações variáveis os elegíveis que atingirem as metas previstas para o exercício, de acordo com as regras estabelecidas no instrumento.

O elegível tem direito ao pagamento do ILP desde que seu contrato de trabalho esteja ativo.

- I. No caso de suspensão do contrato por invalidez, não haverá pagamento enquanto o contrato permanecer suspenso.
- II. No caso de falecimento, os herdeiros e/ou sucessores receberão os direitos aos quais o elegível faria jus até o falecimento, na proporção de 50%.

c) Critérios para fixação do prazo de exercício:

Salvo nas condições de não aquisição mencionadas acima, o ILP será diferido em 2 (duas) parcelas, com pagamentos anuais, ou seja, 50% dos múltiplos de salário base por ano, sendo que o primeiro pagamento somente ocorrerá 1 ano após a concessão do ILP. O montante concedido será o múltiplo de salários base vigente em 31 de dezembro do ano anterior ao pagamento.

d) Forma de liquidação:

A liquidação se dá em folha de pagamento em favor do elegível, quando satisfeitas todas as condições estabelecidas.

32.2 - *Phantom Shares* até o exercício de 2016:

a) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

Em cada ano de pagamento das *phantom shares*, a quantidade de direito ($\frac{1}{4}$ por ano) será multiplicada pelo valor médio da ação da PMA (PMAM3) de janeiro a dezembro do ano anterior ao pagamento.

b) Restrições à transferência das ações:

O exercício das *phantom shares* não implica na concessão de ações da Companhia, sendo a remuneração a elas atrelada paga em espécie. Os direitos e obrigações decorrentes do instrumento individual não poderão ser em hipótese alguma, cedidos ou transferidos a terceiros, tampouco oferecidos como garantia de obrigações.

- c) Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do último exercício social e a prevista para o exercício social corrente:

A Companhia completou durante o primeiro trimestre de 2017 o segundo ciclo de avaliação referente ao exercício de 2016, onde foram concedidas as *phantom shares* que serão diferidas em 4 anos, aos elegíveis que estiveram dentro dos critérios estabelecidos no instrumento individual, e a aprovação ocorreu em 29 de abril de 2017 mediante a aprovação das Demonstrações Financeiras de 2016, na A.G.E.

33. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

- a) Transações das atividades de investimento e financiamento que não envolvem caixa

	2020	2019
Atividades de investimento		
Valor residual de ativo permanente baixado	737	(110)
Depreciação e amortização	154.899	152.326
Encargos financeiros	(142)	(75)
Impairment / Prov. Perdas	736	(1.999)
Adições em imobilizado e intangível	156.230	150.142
Atividades de financiamento		
Obrigações Performadas	(70.000)	-
Amortização direito de uso do ativo	11.934	13.863
Encargos Financeiros	764.168	204.763
	706.102	218.626

- b) Reconciliação da dívida líquida

	Emprestimos e Financiamentos	Operações com forfait e cartas de crédito	Instrumentos financeiros derivativos	Endividamento	Caixa Total	Dívida Líquida
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2019	2.210.885	85.641	32.711	2.329.237	143.065	2.186.172
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	(15.852)	143.354	202.660	330.162	38.588	291.574
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	694.168	-	(30.584)	663.584	-	663.584
Encargos financeiros e variações cambiais	764.168	-	(3.043)	761.125	-	761.125
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(27.541)	(27.541)	-	(27.541)
Obrigações Performadas	(70.000)	-	-	(70.000)	-	(70.000)
Dívida líquida em 30 de junho de 2020	2.889.201	228.995	204.787	3.322.983	181.653	3.141.330

PARANAPANEMA S.A.
CNPJ/MF nº 60.398.369/0004-79 – NIRE 29.300.030.155
COMPANHIA ABERTA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Paranapanema S.A., no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Com base nos exames efetuados e tendo em vista o Relatório dos Auditores Independentes relativo às Demonstrações Financeiras acima referidas, elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sem ressalvas, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral.

Santo André (SP), 04 de março 2021.

Silvio Roberto Vieira Almeida
Presidente do Conselho Fiscal

Marcelo Adilson Tavarone Torresi

Gryecos Attom Valente Loureiro

PARANAPANEMA S.A.
CNPJ/MF nº 60.398.369/0004-79 – NIRE 29.300.030.155
COMPANHIA ABERTA

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da Paranapanema S.A. (“Companhia”), órgão assessor não estatutário do Conselho de Administração, no exercício de suas atividades de revisão, monitoramento e avaliação dos controles internos e relatórios financeiros da Companhia, em especial às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhamento da efetividade da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e da auditoria interna, durante o exercício social referido, considerando o disposto no artigo 9º, § único, III, da Instrução CVM nº. 481/2009, emite o seguinte parecer:

Considerando os trabalhos conduzidos pelo Comitê de Auditoria para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, as reuniões realizadas com a presença de diversos membros da Diretoria Executiva, auditoria interna e auditores independentes, tudo consubstanciado no exame de documentos e nas respectivas atas produzidas, os quais ficam arquivados na sede da Companhia, além da análise das informações divulgadas ao Conselho de Administração e aos acionistas, bem como no exame do Relatório de Administração, acompanhado das Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, suportado pelo relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, não tendo constatado nenhuma ocorrência capaz de comprometer a qualidade e a integridade das informações a serem divulgadas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação e a publicação das Demonstrações Financeiras do exercício social de 2020.

Santo André (SP), 01 de março de 2021.

Miguel Cícero Terra Lima

Jair Luis Mahl

Jerônimo Antunes

PARANAPANEMA S.A.
CNPJ/MF nº 60.398.369/0004-79 – NIRE 29.300.030.155
COMPANHIA ABERTA

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos VI, da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria Executiva declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia “controladora e consolidado”, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Dias d’Ávila, 04 de março de 2021.

Diretor Presidente

Luiz Carlos Siqueira Aguiar

Diretor Financeiro

Igor Gravina Taparelli

Diretor Jurídico e de Relações com Investidores

Paulo Rodrigo Chung

Diretor de Operações

Sergio Arosti Maturana

PARANAPANEMA S.A.
CNPJ/MF nº 60.398.369/0004-79 – NIRE 29.300.030.155
COMPANHIA ABERTA

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V, da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria Executiva declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório emitido em 04 de março de 2021 pela PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia e de suas Controladas, com relação às demonstrações financeiras da Companhia “controladora e consolidado”, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Dias d’Ávila, 04 de março de 2021.

Diretor Presidente
Luiz Carlos Siqueira Aguiar

Diretor Financeiro
Igor Gravina Taparelli

Diretor Jurídico e de Relações com Investidores
Paulo Rodrigo Chung

Diretor de Operações
Sergio Arosti Maturana